Novembro 2026
N.º 08 | Ano 08

BOLETIM DE ESTABILIDADE FINANCEIRA



Novembro 2026
N.º 08 | Ano 08

BOLETIM DE ESTABILIDADE FINANCEIRA

Novembro 2025
N.º 08 | Ano 08

BOLETIM DE ESTABILIDADE FINANCEIRA

BOLETIM DE ESTABILIDADE FINANCEIRA	Maputo	Ano 8	N.º 8	P. 1-50	Novembro/2026

Edição
Banco de Moçambique
Departamento de Análise Macroprudencial
Avenida 25 de Setembro
Telefone: (+258) 21354600/700 Fax: (+258) 21 32 23 24/7 C. P. 423

Layout:
Gabinete de Comunicação e Imagem
Telefone: (+258) 21354600/700 Fax: (+258) 21 421361

Impressão
Centro de Documentação e Informação
Banco de Moçambique
Telefone: (+258) 21354600/700 Fax: (+258) 21 421361

Tiragem
500 exemplares

Prefácio

A Lei Orgânica estabelece como uma das funções do Banco de Moçambique (BM) supervisionar as instituições de crédito e sociedades financeiras (ICSF). A supervisão das ICSF é feita com recurso à combinação de ferramentas de natureza prudencial, que concorrem para assegurar a estabilidade do sistema financeiro.

A estabilidade financeira pressupõe um sistema financeiro sólido, robusto e resiliente, que reduza a possibilidade de ocorrência de perturbações suficientemente graves, com impacto adverso na economia real.

O BM implementa a política macroprudencial através do reforço da resiliência do sector bancário a choques e desequilíbrios financeiros, e da prevenção do risco sistémico. O BM dispõe de diversos instrumentos de política destinados a prevenir e mitigar o crescimento excessivo do crédito e da alavancagem, a falta de liquidez no mercado, as concentrações de exposições, bem assim a assumpção de riscos excessivos por parte de instituições sistemicamente importantes.

A função de autoridade de resolução bancária do BM foi reforçada pela Lei n.º 20/2020, de 31 de Dezembro. Este quadro legal fortalece os mecanismos e instrumentos de resolução de instituições em risco de inviabilidade ou de insolvência, assegurando uma intervenção tempestiva e a recuperação ou liquidação ordeira das mesmas, minimizando desta forma repercussões negativas sobre o sistema financeiro.

O Boletim de Estabilidade Financeira (BEF) é uma publicação anual do BM sobre os desenvolvimentos na estabilidade financeira durante o primeiro semestre de cada ano. A presente edição faz a análise do primeiro semestre de 2026 e inclui as determinantes da conjuntura internacional e doméstica, o desempenho do sistema financeiro nacional, a evolução dos riscos e vulnerabilidades, e as medidas de política macroprudencial em vigor.

O Governador

Felisberto Dinis Navalha

Índice Geral

Sumário Executivo **10**

I. AMBIENTE MACROFINANCEIRO INTERNACIONAL **13**

II. SISTEMA FINANCEIRO DOMÉSTICO **16**

2.1. Sector Bancário 16

2.1.1. Níveis de Concentração do Sector Bancário 17

2.1.2. Estrutura do Balanço 17

2.1.3. Indicadores de Solidez Financeira 19

2.1.4. Bancos Domésticos de Importância Sistémica 23

2.1.5. Instituições de Moeda Electrónica 24

2.2. Fundos de Pensões 25

2.3. Sector de Seguros 26

2.4. Mercado de Valores Mobiliários 28

III. SISTEMA NACIONAL DE PAGAMENTOS **31**

3.1. Sistema de Transferências e Liquidação Interbancária em Tempo Real 32

3.2. Sistema de Compensação Electrónica 32

3.3. Sistema de Pagamentos Instantâneos de Moçambique 33

3.4. Transacções Electrónicas Nacionais via SIMOrede 34

3.5. Peso Relativo dos Canais de Pagamentos Electrónicos 34

IV. AVALIAÇÃO DO RISCO SISTÉMICO **36**

V. VULNERABILIDADES DO SISTEMA FINANCEIRO **39**

VI. DECISÕES DE POLÍTICA MACROPRUDENCIAL **42**

Glossário **44**

Gráficos

Gráfico 1: Índice MSCI World 14
Gráfico 2: Volatilidade do Preço das Acções dos EUA – Índice VIX 14
Gráfico 3: Dívida Pública – Economias Avançadas 15
Gráfico 4: Dívida Pública – Economias de Mercados Emergentes 15
Gráfico 5: Rendimentos dos Títulos Públicos – Economias Avançadas 15
Gráfico 6: Rendimentos dos Títulos Públicos – Economias de Mercados Emergentes 15
Gráfico 7: Preços de Imóveis – China 16
Gráfico 8: Principais Rubricas do Activo 18
Gráfico 9: Evolução e Composição dos Depósitos 18
Gráfico 10: Peso dos Depósitos por Moeda 19
Gráfico 11: Principais Rubricas do Passivo 19
Gráfico 12: Evolução do *Tier I*, *Tier II*, Fundos Próprios, Activos Ponderados pelo Risco e Rácio de Solvabilidade 19
Gráfico 13: Adequação de Capital e Rácio de Alavancagem 20
Gráfico 14: Rácio de Cobertura do NPL 20
Gráfico 15: Peso do NPL por Sectores de Actividade Económica 20
Gráfico 16: Peso do Crédito Garantido por Imóveis sobre o Crédito Total 21
Gráfico 17: Evolução do ROA e ROE 21
Gráfico 18: Evolução do Rácio *Cost-to-Income* 22
Gráfico 19: Rácio de Cobertura de Liquidez de Curto Prazo 22
Gráfico 20: Depósitos dos Fundos de Pensões no Sector Bancário 26
Gráfico 21: Aplicações dos Fundos de Pensões no MVM 26
Gráfico 22: Produção Global do Sector de Seguros (%) 27
Gráfico 23: Estrutura das Aplicações do Sector de Seguros no MVM 27
Gráfico 24: Peso dos Sectores do Sistema Financeiro no MVM 29
Gráfico 25: Dinâmica no MVM 29
Gráfico 26: Peso dos Diversos Segmentos do MVM na Capitalização Bolsista 30
Gráfico 27: Estrutura da Dívida Pública Interna 31
Gráfico 28: Peso do Volume de Transacções por Categoria de Valores Mobiliários 31
Gráfico 29: Taxas de Juro das Obrigações Cotadas na BVM e *Prime Rate* 31
Gráfico 30: Valor das Transacções no RTGS 32
Gráfico 31: Volume de Transacções no RTGS 32
Gráfico 32: Valor das Transacções na ACH 33
Gráfico 33: Volume de Transacções do Sistema ACH 33
Gráfico 34: Volume e Valor das Transacções no METIX 34
Gráfico 35: Evolução das Transacções Electrónicas Nacionais via SIMOrede 34

Gráfico 36: Pesos dos Canais de Pagamentos Electrónicos.....35
Gráfico 37: Evolução do Índice de Risco Sistémico 36
Gráfico 38: Evolução das Categorias de Risco Sistémico.....36
Gráfico 39: *Gap* CE/PIB.....45

Tabelas

Tabela 1: Concentração do Sector Bancário – Índice de Herfindahl-Hirschman 17
Tabela 2: Principais Indicadores de Liquidez 22
Tabela 3: Estrutura das Fontes de Financiamento do Sector Bancário 23
Tabela 4: Indicadores de Solidez Financeira Seleccionados para D-SIBs.....24
Tabela 5: Posição do Balanço e Demonstração de Resultados das IME 25
Tabela 6: Crédito Concedido às Seguradoras – Junho de 2026.....27
Tabela 7: Crédito Segurado/Seguro de Crédito no Sector Bancário – Junho de 2026 27
Tabela 8: Emissões Cotadas na BVM 31
Tabela 9: *Stock* da Dívida Pública.....39

Caixas

Caixa 1: Política Macroprudencial do Banco de Moçambique.....41
Caixa 2: Impacto dos Riscos Climáticos e Resposta Regulamentar na Estabilidade Financeira 43
Caixa 3: Regulamentação da Política Macroprudencial – Avaliação da Aplicação da Reserva de Capital Contracíclico no Sector Bancário Moçambicano.....44

Anexo

Anexo 1: Principais Indicadores de Solidez Financeira.....49

Siglas

ACH	*Automated clearing house* (compensação electrónica)
ASFP-M Moçambique	Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões de Moçambique
ATM	*Automated teller machine* (caixa automático)
BCI	Banco Comercial e de Investimentos, S.A.
BIM	Banco Internacional de Moçambique, S.A.
BM	Banco de Moçambique
BT	Bilhetes do Tesouro
BVM	Bolsa de Valores de Moçambique
CCyB	*Countercyclical Capital Buffer* (reserva contracíclica de fundos próprios)
CE	Crédito à Economia
D-SIBs	*Domestic systemically important banks* (bancos domésticos de importância sistémica)
DTI	*Debt-to-income* (rácio entre o valor das prestações dos empréstimos e os rendimentos do mutuário)
EUA	Estados Unidos da América
IME	Instituições de moeda Electrónica
IHH	Índice Herfindahl-Hirschman
LTV	*Loan-to-value* (rácio entre o montante do empréstimo e o valor da garantia)
MF	Ministério das Finanças de Moçambique
MVM	Mercado de Valores Mobiliários
NPL	*Non-performing loan* (crédito em incumprimento)
OT	Obrigações do Tesouro
PIB	Produto interno bruto
POS	*Point of sale* (ponto de venda ou terminal de venda)
RO	Reservas Obrigatórias
ROA	*Return on assets* (rendibilidade dos activos)
ROE	*Return on equity* (rendibilidade dos capitais próprios)
RTGS	*Real-Time Gross Settlement* (Sistema de Liquidação por Grosso em Tempo Real)
SNP	Sistema Nacional de Pagamentos

Sumário Executivo

O sistema financeiro global manteve-se estável no primeiro semestre de 2026, demonstrando resiliência perante a persistência dos riscos geopolíticos, a volatilidade energética e máximos históricos de endividamento público nas economias avançadas.

O agravamento das tensões no Médio Oriente e as restrições no Estreito de Ormuz geraram choques de oferta no mercado energético, desencadeando correcções no mercado de capitais e maior aversão ao risco. Esta volatilidade foi amplificada por ameaças cibernéticas, eventos climáticos severos e elevada alavancagem no sector financeiro não bancário, resultando num comportamento misto dos activos, onde o optimismo na inteligência artificial contrastou com as incertezas da flexibilização monetária.

Na Zona Euro e nos Estados Unidos da América (EUA) as taxas de juro de longo prazo elevaram-se, impulsionadas pela acentuada deterioração das contas públicas, decorrente dos crescentes gastos com segurança, transição energética e soberania tecnológica. Em contrapartida, os mercados emergentes mantiveram a sua atractividade por via de diferenciais de juros reais mais elevados.

A nível doméstico, o BM interrompeu o ciclo de normalização da taxa de política monetária, a taxa MIMO[1], reflectindo uma postura de cautela face à persistência de incertezas geopolíticas globais que afectam os canais logísticos e os preços internacionais de alimentos e combustíveis.

O sector bancário permaneceu estável, com rendibilidade satisfatória e níveis adequados de capitalização e liquidez. A qualidade da carteira de crédito manteve a tendência para melhoria observada no ano anterior.

O rácio de solvabilidade global fixou-se em 28,10 %, cifra acima do mínimo regulamentar de 12,00 %, o que consubstancia uma margem confortável para fazer

[1] Taxa de juro de política monetária.

face a potenciais desequilíbrios financeiros. Os resultados líquidos ascenderam a 13,05 mil milhões de meticais, valor que representa uma redução de 7,63 % face ao período homólogo de 2025.

Os rácios de rendibilidade dos activos (ROA) e de rendibilidade dos capitais próprios (ROE) fixaram-se em 3,30 % e 13,40 %, respectivamente. Por outro lado, o rácio de cobertura de liquidez de curto prazo fixou-se em 55,32 %, acima do mínimo regulamentar de 25,00 %.

O rácio de crédito em incumprimento fixou-se em 6,92 %, uma melhoria face aos 7,47 % observados em Dezembro de 2025, ainda que a exposição ao risco permaneça acima do nível máximo de 5 % comummente referenciado.

As quotas de mercado indicam que o sector bancário continua concentrado. Os activos, depósitos e créditos dos bancos domésticos de importância sistémica (D-SIBs) situaram-se em 58,19 %, 62,76 % e 51,81 %, respectivamente.

O sector de seguros registou um crescimento da produção global de 12,16 % face ao período homólogo do ano anterior, determinado pelo aumento das subscrições de serviços de seguros no período.

O sector de fundos de pensões manteve a sua consolidação como fonte de financiamento crucial para o Mercado de Valores Mobiliários (MVM), em contrapartida de uma menor expressão no total de depósitos do sector bancário. Com efeito, o peso do valor dos títulos detidos pelos fundos de pensões sobre o total dos títulos do sector do MVM foi de 39,75 %. Contudo, os depósitos dos fundos de pensões representavam 0,45 % do total de depósitos do sector bancário.

O MVM continuou a ser dominado por investimentos em títulos públicos. Neste contexto, os títulos públicos foram responsáveis por 86,84 % do total da capitalização bolsista.

O Sistema Nacional de Pagamentos (SNP) manteve um desempenho sólido e resiliente, impulsionado pela modernização e consolidação dos meios de pagamento digitais. O período foi marcado pelo lançamento do METIX em Março,

um sistema de pagamentos instantâneos que viabilizou a interoperabilidade total interbancária num modelo de liquidação 24/7/365[2]. Paralelamente, o sistema de liquidação por grosso em tempo real (RTGS) registou crescimentos de 13 % em valor e 7 % em volume de transacções. No sistema de compensação eletrónica (ACH), o valor total transaccionado incrementou 12 %, apesar de uma queda de 5 % no volume total de operações.

As transacções electrónicas nacionais via SIMOrede também apresentaram forte expansão, com aumentos de 55,49 % em volume e 26,52 % em valor total transaccionado.

O risco sistémico permaneceu no nível moderado, apesar do aumento do risco macroeconómico, num contexto em que os níveis dos riscos soberano, de crédito, de liquidez, de mercado e de rendibilidade e solvência se mantiveram inalterados.

O BM manteve inalterados todos os instrumentos da política macroprudencial em vigor. Os requisitos de capital adicional para os D-SIBs e Quase D-SIBs permanecem em 3,0 %, 2,0 % e 1,0 %, respectivamente. Adicionalmente, o rácio entre o montante do empréstimo e o valor da garantia (LTV) e o rácio entre o valor das prestações dos empréstimos e os rendimentos do mutuário (DTI) continuam com limites máximos de 100 %, respectivamente.

[2] 24 horas por dia, 7 vezes por semana e 365 dias por ano.

I. AMBIENTE MACROFINANCEIRO INTERNACIONAL

O sistema financeiro internacional demonstrou resiliência no primeiro semestre de 2026, num contexto caracterizado pela absorção dos impactos das tensões geopolíticas no Médio Oriente, em cenário de elevada volatilidade e de níveis recordes de endividamento público nas economias avançadas.

Não obstante a estabilidade observada no período em análise, o Fundo Monetário Internacional, no seu *Relatório sobre a Estabilidade Financeira Global* de Abril de 2026, alertou para a persistência de elevados riscos macrofinanceiros, impulsionados pela inflação subjacente e pelo prolongamento das condições de financiamento restritivas.

O agravamento das tensões geoestratégicas no Médio Oriente e as restrições operacionais no Estreito de Ormuz geraram fortes choques de oferta no mercado energético internacional. Este cenário determinou uma acentuada correcção nos mercados accionistas globais, o incremento das taxas de rendibilidade das obrigações soberanas e o aumento da volatilidade, com particular impacto nos mercados emergentes, acompanhado por depreciação cambial e pressões selectivas de saída de capitais.

Este cenário agravou a aversão ao risco nas principais praças financeiras e gerou pressões inflacionárias adicionais por via do aumento dos custos logísticos e das matérias-primas, a nível global.

Adicionalmente, o desempenho global dos activos financeiros continuou condicionado por factores de risco emergentes – com destaque para a materialização de choques cibernéticos e a ocorrência de eventos climáticos severos – e por vulnerabilidades estruturais no sector financeiro não bancário, nomeadamente a elevada alavancagem, os desfasamentos de liquidez e as interligações entre este e os bancos, que se consolidaram como vectores críticos para a estabilidade macrofinanceira.

Com efeito, o mercado de capitais registou um comportamento misto no período em análise, conforme se pode

observar através do Índice MSCI World[3] (Gráfico 1).

Gráfico 1: Índice MSCI World

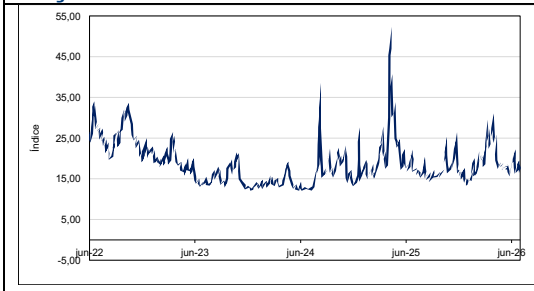


Fonte: *Bloomberg*, 2026

A dinâmica deste índice reflectiu a recomposição de carteiras verificada na segunda metade de 2025, impulsionada pelo dinamismo do segmento de inteligência artificial, num contexto em que o sentimento favorável dos investidores em relação às empresas do sector tecnológico foi contrabalançado pelas incertezas associadas à trajectória de flexibilização da política monetária dos principais bancos centrais.

Por seu turno, o Índice VIX registou picos intermitentes ao longo do período em análise, reflectindo os receios do mercado quanto a eventuais correcções de activos sobreavaliados, estrangulamentos da cadeia logística e a reintrodução de barreiras tarifárias (Gráfico 2). Contudo, estas flutuações permaneceram abaixo dos níveis críticos de alerta.

Gráfico 2: Volatilidade do Preço das Acções dos EUA – Índice VIX[4]



Fonte: *Trading Economics*, 2026

No plano fiscal, o endividamento público consolidou-se como uma das principais ameaças à estabilidade macrofinanceira global. Verificou-se uma acentuada deterioração das contas públicas na Zona Euro e nos EUA, impulsionada por necessidades acrescidas de financiamento em áreas estratégicas como a segurança cibernética, transição energética e soberania tecnológica (Gráfico 3 e 4). Esta dinâmica resultou numa pressão ascendente sobre os rendimentos dos títulos de dívida pública de longo prazo (Gráfico 5).

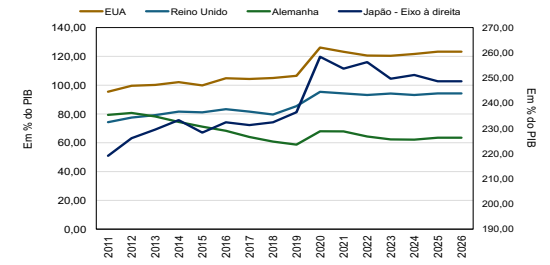
Paralelamente a estas dinâmicas, os mercados emergentes mantiveram a sua atractividade para o capital estrangeiro, beneficiando de

[3] O Índice MSCI World reflecte o desempenho das ações de grandes e médias empresas em 23 mercados desenvolvidos, cobrindo cerca de 85 % da capitalização bolsista global.

[4] O índice VIX é um indicador que estima a volatilidade esperada do mercado de acções dos EUA.

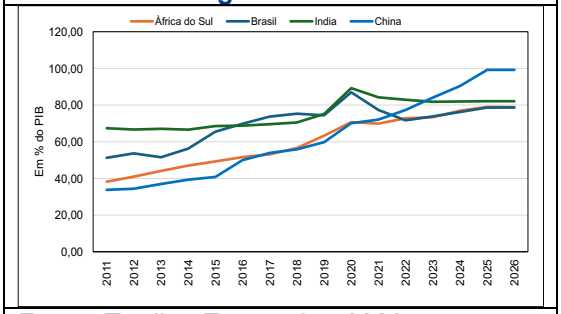
diferenciais de taxas de juro reais favoráveis (Gráfico 6). Contudo, as economias de menor rendimento enfrentaram riscos acrescidos de refinanciamento, face ao elevado custo do capital em moeda estrangeira.

Gráfico 3: Dívida Pública – Economias Avançadas



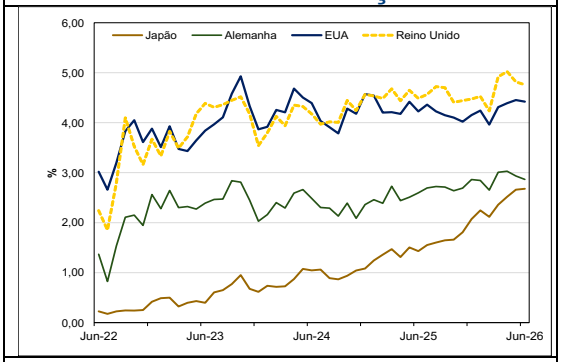
Fonte: *Trading Economics*, 2026

Gráfico 4: Dívida Pública – Economias de Mercados Emergentes



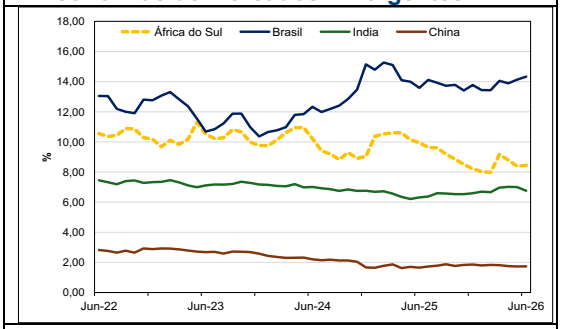
Fonte: *Trading Economics*, 2026

Gráfico 5: Rendimentos dos Títulos Públicos – Economias Avançadas



Fonte: *Bloomberg*, 2026

Gráfico 6: Rendimentos dos Títulos Públicos – Economias de Mercados Emergentes



Fonte: *Bloomberg*, 2026

No sector imobiliário persistiram disparidades acentuadas entre os diferentes mercados.

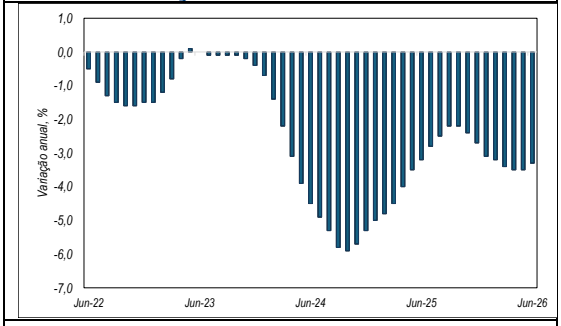
Assim, nas economias avançadas, com particular incidência nos EUA e na zona Euro, os segmentos residencial e de logística mantiveram-se dinâmicos. Por outro lado, o mercado de escritórios permaneceu sob forte instabilidade, afectado pelas elevadas taxas de juro de novos financiamentos e pelo trabalho híbrido, o que tem motivado a reconversão de imóveis como estratégia para mitigar perdas.

Este dinamismo regional contrasta com o mercado habitacional da China, que permaneceu em profunda depressão, reduzindo a procura global e baixando os preços de matérias-primas[5].

[5] A crise no sector imobiliário chinês reduz o consumo de cimento, aço, ferro e cobre, exercendo uma pressão descendente sobre os preços mundiais destas *commodities* industriais.

Adicionalmente, o segmento corporativo chinês enfrentou uma vulnerabilidade ainda mais severa, com o mercado de escritórios a sofrer pressões extremas resultantes do excesso de oferta estrutural e de taxas de desocupação historicamente elevadas (Gráfico 7).

Gráfico 7: Preços de Imóveis – China



Fonte: *Trading Economics*, 2026

II. SISTEMA FINANCEIRO DOMÉSTICO

Os principais indicadores financeiros mostram que o sistema financeiro moçambicano continua estável, sólido e capitalizado, não obstante a prevalência de choques internos e externos. O sistema financeiro recuperou de uma queda de 2,0 % no primeiro semestre de 2025 para um crescimento de 3,64 % no primeiro semestre de 2026.

2.1. Sector Bancário

Durante o período em análise, o sector bancário manteve-se estável, com rendibilidade satisfatória e níveis adequados de capitalização e liquidez.

O rácio de solvabilidade global fixou-se em 28,10 %, cifra acima do mínimo regulamentar de 12,00 %, o que consubstancia uma margem confortável para fazer face a desequilíbrios financeiros.

Os resultados líquidos foram de 13,05 mil milhões de meticais, valor que representa uma redução de 7,63 % face ao período homólogo de 2025. Do total apurado, os bancos de importância sistémica contribuíram em 50,71 % dos lucros, totalizando 6,62 mil milhões de meticais.

Relativamente à qualidade dos activos, o rácio de crédito em incumprimento (NPL) fixou-se em 6,92 %, após 7,47 % em Dezembro de 2025.

2.1.1. Níveis de Concentração do Sector Bancário

No semestre em análise, os D-SIBs representavam conjuntamente 58,19 %, 62,76 %, e 51,81 % dos activos, depósitos e crédito do sector bancário, respectivamente, contra 58,09 %, 62,18 % e 54,04 % observados em Dezembro de 2025.

O Índice Herfindahl-Hirschman (IHH)[6] dos activos, depósitos e crédito fixou-se em 1311, 1510 e 1249 pontos, respectivamente, indicando um nível de concentração razoável no sector (Tabela 1).

Tabela 1: Concentração do Sector Bancário – Índice de Herfindahl-Hirschman

	Jun-24	Dez-24	Jun-25	Dez-25	Jun-26
IHH - Activos	**1434**	**1378**	**1377**	**1313**	**1311**
Três maiores bancos (D-SIBs)	61,73%	59,85%	59,72%	58,09%	58,19%
Cinco maiores bancos	75,57%	74,99%	74,78%	73,19%	73,02%
Dez maiores bancos	87,84%	87,03%	87,04%	86,93%	87,14%
IHH - Depósitos	**1660**	**1597**	**1581**	**1506**	**1510**
Três maiores bancos (D-SIBs)	66,14%	64,03%	63,58%	62,18%	62,76%
Cinco maiores bancos	80,96%	80,33%	79,91%	78,66%	78,36%
Dez maiores bancos	94,98%	94,77%	94,53%	93,26%	93,61%
IHH - Créditos	**1365**	**1368**	**1342**	**1305**	**1249**
Três maiores bancos (D-SIBs)	54,53%	54,41%	54,17%	54,04%	51,81%
Cinco maiores bancos	72,29%	72,39%	71,92%	70,14%	68,19%
Dez maiores bancos	90,50%	91,06%	90,93%	82,04%	81,80%

Fonte: BM, 2026

2.1.2. Estrutura do Balanço

2.1.2.1. Activo

Em Junho último, os activos do sector bancário ascenderam a **1147,06 mil milhões de meticais**, representando um crescimento de **4,63 %** no semestre (4,44 % em igual período de 2025).

Durante o período em análise, a composição do activo do sector bancário continuou a privilegiar o investimento em activos de elevada liquidez e rendibilidade. O agregado composto por disponibilidades, aplicações em instituições de crédito e activos financeiros reforçou a sua posição, passando a representar **60,99 %** do total do activo (face aos 59,54 % registados em Dezembro de 2025).

Este desempenho foi impulsionado, essencialmente, pelo crescimento das disponibilidades, que aumentaram o seu peso na estrutura patrimonial para **32,85 %**, consolidando a tendência para recuperação iniciada no semestre anterior.

Este incremento foi ditado pela evolução dos depósitos à ordem no

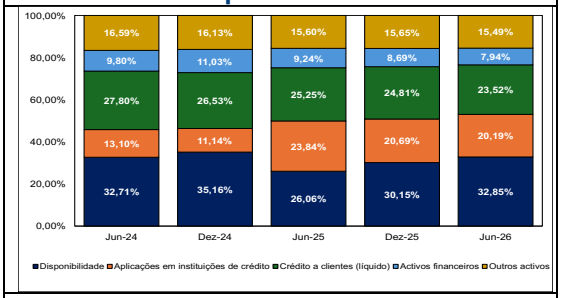
[6] O Índice Herfindahl-Hirschman (IHH) é definido como a soma dos quadrados das quotas de mercado das firmas a operar num mercado, assim traduzindo o grau de concentração nesse mercado. Valores inferiores a 1000 indicam ausência de concentração, valores superiores a 1800 indicam elevada concentração, e valores entre 1000 e 1800 indicam concentração razoável. "*Forum Think Finance* - Internet, Fevereiro de 2012".

BM, refletindo o impacto directo da canalização de recursos para o cumprimento dos coeficientes exigidos de Reservas Obrigatórias (RO).

Em contrapartida, os pesos das aplicações em instituições de crédito e dos activos financeiros na estrutura do activo registaram ligeiras contracções.

O crédito líquido de imparidades permaneceu na segunda posição na estrutura do balanço, com um peso de **23,52 %**, e manteve a sua trajectória descendente, ao reduzir-se em **1,29 pontos percentuais (pp)** comparativamente a Dezembro de 2025, reflectindo o fraco crescimento do crédito à economia. Os outros activos permaneceram estáveis, representando **15,49 %** do total do património (Gráfico 8).

Gráfico 8: Principais Rubricas do Activo



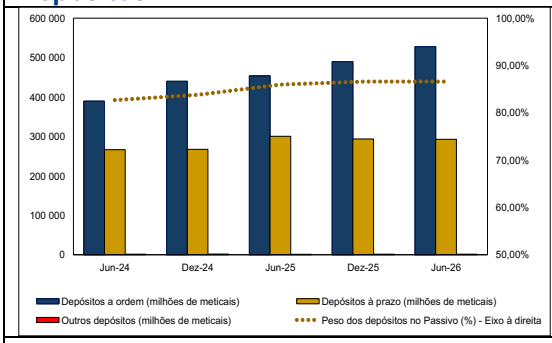
Fonte: BM, 2026

2.1.2.2. Passivo

Em Junho de 2026, o passivo total do sector bancário fixou-se em **949,52 mil milhões de meticais**, representando um aumento de **4,67 %** face a Dezembro de 2025. Esta variação resultou, fundamentalmente, do aumento dos depósitos em **36,77 mil milhões de meticais**, o equivalente a um crescimento de **4,68 %** em relação ao fecho do ano anterior.

Os depósitos, que constituem a principal fonte de financiamento da actividade bancária, fixaram-se em **822,41 mil milhões de meticais**. Os depósitos à ordem situaram-se em **527,81 mil milhões de meticais**, representando **64,18 %** dos depósitos totais, seguidos dos depósitos a prazo, com um peso de **35,62 %**, sendo que o remanescente correspondeu a outros depósitos (Gráfico 9).

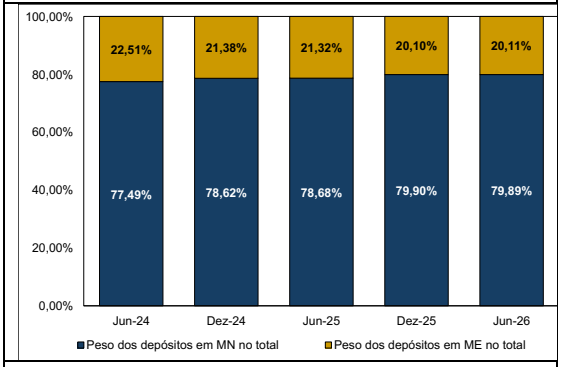
Gráfico 9: Evolução e Composição dos Depósitos



Fonte: BM, 2026

O peso dos depósitos em moeda estrangeira sobre os depósitos totais manteve a tendência decrescente registada nos últimos anos, ao fixar-se em **20,11 %** (Gráfico 10).

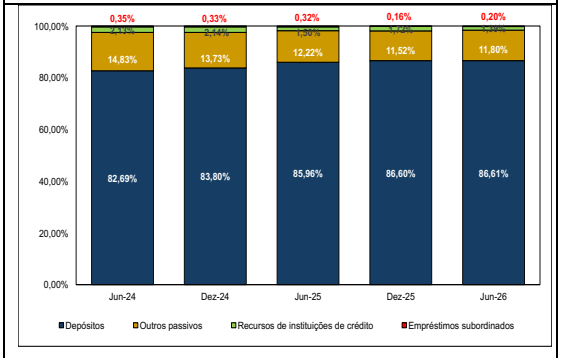
Gráfico 10: Peso dos Depósitos por Moeda



Fonte: BM, 2026

Na estrutura do passivo, os depósitos mantiveram a sua hegemonia, ao representar **86,61 %** do total (contra 86,60 % observados em Dezembro de 2025), continuando a constituir a maior fonte de recursos das instituições de crédito (Gráfico 11).

Gráfico 11: Principais Rubricas do Passivo



Fonte: BM, 2026

2.1.3. Indicadores de Solidez Financeira

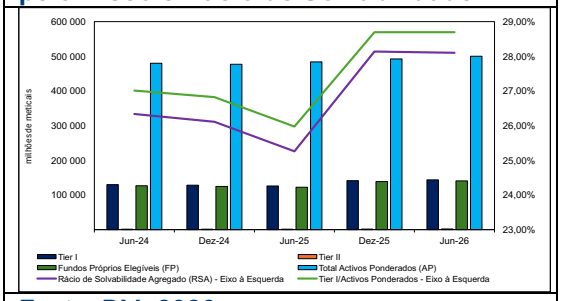
2.1.3.1. Adequação de Capital

O sector bancário manteve-se sólido durante o primeiro semestre de 2026, não obstante os rácios de solvabilidade global e de base terem registado ligeiras reduções.

Neste contexto, o rácio de solvabilidade global fixou-se em 28,10 %, após 28,14 % em Dezembro de 2025, acima do mínimo regulamentar (12,0 %), e o rácio de solvabilidade de base situou-se em 28,69 % (28,70 % em Dezembro), acima do mínimo regulamentar (10,0 %) (Gráfico 12).

Esta variação, no semestre, deveu-se ao incremento dos activos ponderados pelo risco em 1,58 %.

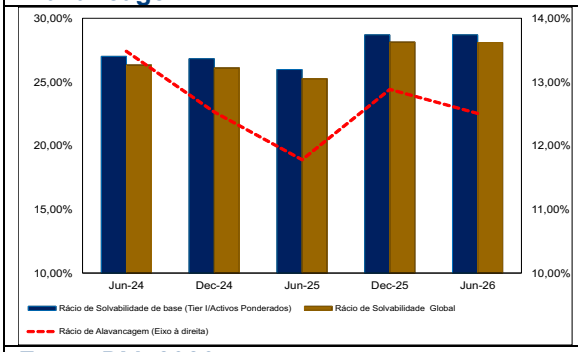
Gráfico 12: Evolução do *Tier I*, *Tier II*, Fundos Próprios, Activos Ponderados pelo Risco e Rácio de Solvabilidade



Fonte: BM, 2026

O rácio de alavancagem, outro indicador de adequação do capital, que mede a dimensão em que os activos totais e extrapatrimoniais são financiados pelos capitais próprios, fixou-se em 12,51 %, contra 12,88 % em Dezembro de 2025 (Gráfico 13).

Gráfico 13: Adequação de Capital e Rácio de Alavancagem



Fonte: BM, 2026

2.1.3.2. Qualidade de Activos

A qualidade do activo, medida pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias (NPL) no total do crédito concedido, registou melhorias no período em análise.

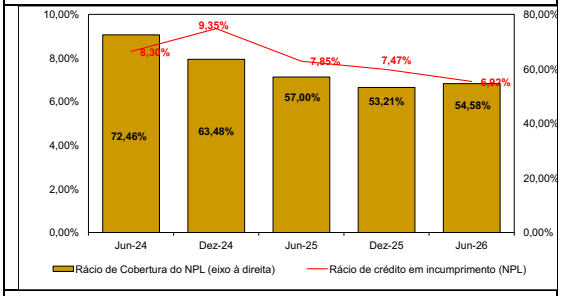
Com efeito, o indicador recuou para 6,92 % em Junho de 2026, após 7,47 % registados em Dezembro de 2025 e 7,85 % do período homólogo. Apesar desta melhoria, o rácio permanece acima do limite de 5,00 % recomendado internacionalmente.

Esta evolução favorável reflecte as acções de saneamento, reestruturação e regularização das carteiras de crédito dos bancos.

Em termos absolutos, o *stock* de crédito em incumprimento totalizou **27,51 mil milhões de meticais**, o que representa uma redução semestral de **1,72** % face aos **27,99 mil milhões de meticais** reportados em Dezembro de 2025. Quando comparado com o período homólogo de 2025 (30,56 mil milhões de meticais), verifica-se uma contração de 10,00 % (menos 3,33 mil milhões de meticais).

Em paralelo, a cobertura do NPL por provisões específicas registou um ligeiro acréscimo, transitando de **53,21 %** em Dezembro de 2025 para **54,58 %** em Junho de 2026 (Gráfico 14).

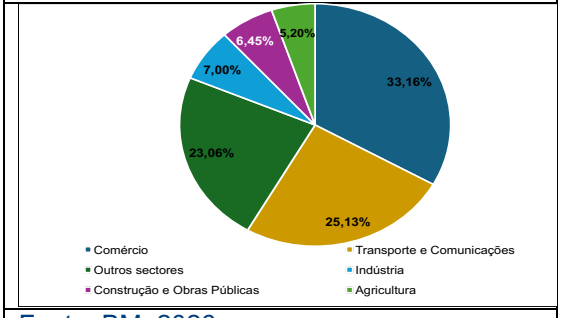
Gráfico 14: Rácio de Cobertura do NPL



Fonte: BM, 2026

Em termos de distribuição do peso do NPL por sectores de actividade económica, a maior concentração registou-se no comércio, com 33,16 %, seguido de transportes e comunicações, com 25,13 % (Gráfico 15).

Gráfico 15: Peso do NPL por Sectores de Actividade Económica



Fonte: BM, 2026

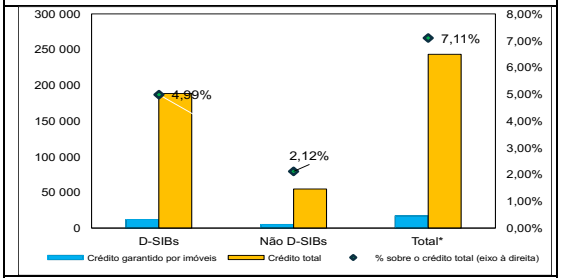
No período em análise, o crédito reestruturado atingiu 20,42 mil milhões de meticais, representando 7,20 % da carteira total do crédito.

2.1.3.3. Crédito Garantido por Imóveis

Prevalece a baixa exposição do sector bancário em relação aos financiamentos garantidos por imóveis.

No período em análise, o volume de crédito garantido por imóveis fixou-se em 17,30 mil milhões de meticais, correspondente a 7,11 % da carteira total. Os D-SIBs representam 70,19 % dos financiamentos garantidos por imóveis (Gráfico 16).

Gráfico 16: Peso do Crédito Garantido por Imóveis sobre o Crédito Total



Fonte: BM, 2026

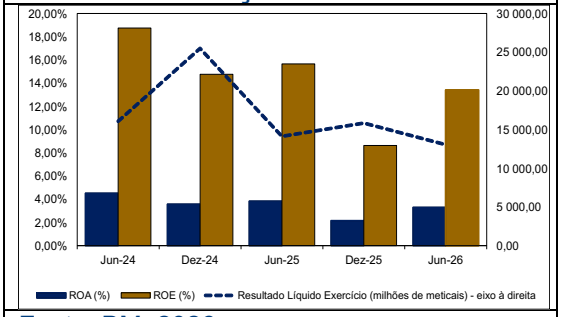
2.1.3.4. Rendibilidade

Em Junho de 2026, o resultado líquido do sector bancário situou-se em 13,05 mil milhões de meticais, representando uma redução de 7,63 % em relação ao período homólogo do ano anterior.

Esta redução resulta, por um lado, do aumento dos custos operacionais em 5,12 % – com destaque para os gastos com pessoal, que registaram um incremento de 3,65 %, e, por outro, da redução de outros resultados de exploração, reflectindo o aumento das perdas por imparidade.

Com efeito, os indicadores de rendibilidade, embora tenham tido um comportamento misto, permaneceram em níveis satisfatórios. O ROA e o ROE registaram uma contracção de 0,53 pp para 3,30 %, e de 2,25 pp para 13,40 %, respectivamente (Gráfico 17).

Gráfico 17: Evolução do ROA e ROE



Fonte: BM, 2026

A margem financeira registou uma redução de 0,71 % face ao período homólogo de 2025, o que implica uma ligeira contracção na contribuição da actividade de intermediação financeira nos resultados.

Por conseguinte, o rácio da margem financeira reduziu-se, ao fixar-se em

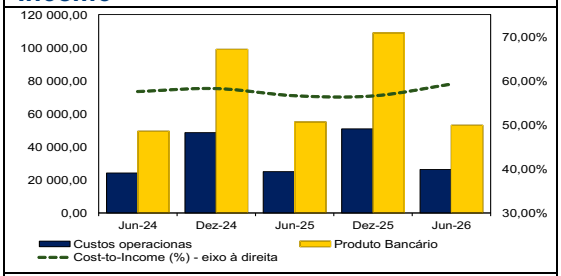
65,09 %, contra 66,19 % observados no período homólogo de 2025.

Refira-se que a variação da margem financeira é essencialmente sustentada pelo efeito volume de intermediação, sendo que dados históricos revelam que o diferencial das taxas de juro entre operações activas e passivas não observa variações consideráveis.

Em contrapartida, o rácio *cost-to-income* registou um crescimento de 2,65 pp para 59,24 %, o que indica uma deterioração da eficiência bancária.

A redução da eficiência é explicada pelo incremento dos custos operacionais, essencialmente, o aumento dos custos com pessoal em 3,65 % (Gráfico 18).

Gráfico 18: Evolução do Rácio *Cost-to-Income*



Fonte: BM, 2026

2.1.3.5. Liquidez e Gestão de Fundos

Em Junho de 2026, os indicadores de liquidez registaram uma ligeira redução, quando comparados com os observados no final do ano 2025, contudo, continuam a assegurar as operações de financiamento do sector bancário (Tabela 2).

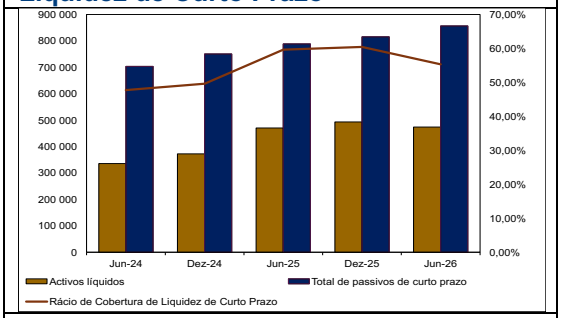
Tabela 2: Principais Indicadores de Liquidez

Descrição	Jun-24	Dez-24	Jun-25	Dez-25	Jun-26
Rácio Activos líquidos/Depósitos totais	51,07%	52,56%	62,10%	62,76%	57,60%
Rácio Activos líquidos/total do Activo	34,92%	36,47%	44,09%	44,97%	41,30%
Rácio de Cobertura de liquidez de curto prazo	47,73%	49,64%	59,65%	60,46%	55,32%
Rácio de transformação de depósitos em crédito	43,40%	40,82%	37,91%	37,28%	35,45%

Fonte: BM, 2026

Com efeito, o rácio de cobertura de liquidez de curto prazo reduziu-se em 5,14 pp, situando-se em 55,32 % em Junho de 2026 (Gráfico 19), reflectindo o aumento do coeficiente de reservas obrigatórias.

Gráfico 19: Rácio de Cobertura de Liquidez de Curto Prazo



Fonte: BM, 2026

O incremento dos depósitos num contexto de fraco crescimento do crédito à economia reflectiu-se na redução do rácio de transformação dos depósitos em crédito, que passou de 37,28 %, em Dezembro de 2025, para 35,45 %, em Junho de 2026 (Tabela 2).

Ademais, os depósitos continuaram a representar a principal e a mais estável fonte de financiamento do sector bancário, com um peso de 97,72 % do total dos recursos, seguido de recursos de instituições de crédito, com 1,57 %, e as restantes fontes de financiamento com um peso residual (Tabela 3).

Tabela 3: Estrutura das Fontes de Financiamento do Sector Bancário

	Jun-24	Dez-24	Jun-25	Dez-25	Jun-26
Depósitos	**97,08%**	**97,09%**	**97,99%**	**97,87%**	**97,72%**
À ordem	57,52%	60,35%	58,79%	61,06%	62,71%
À prazo	39,34%	36,55%	39,03%	36,61%	34,81%
Outros	0,22%	0,20%	0,18%	0,20%	0,20%
Recursos de Bancos Centrais	0,04%	0,02%	0,02%	0,01%	0,49%
Empréstimos Subordinados	0,37%	0,35%	0,33%	0,18%	0,22%
Recursos de instituições de crédito	2,50%	2,54%	1,66%	1,94%	1,57%

Fonte: BM, 2026

2.1.4. Bancos Domésticos de Importância Sistémica[7]

No período em análise, o BM identificou três D-SIBs, designadamente BCI, BIM e Standard Bank, cujos indicadores de solidez financeira continuaram, no geral, em níveis confortáveis (Tabela 4).

2.1.4.1. Adequação de Capital

Os D-SIBs cumpriram com os requisitos regulatórios de adequação de capital. Com efeito, os rácios de solvabilidade de base e global fixaram-se em 31,16 % e 30,22 %, respectivamente, contra 30,89 % e 29,94 % observados em Dezembro de 2025, tendo continuado com margens confortáveis para fazer face a desequilíbrios financeiros.

2.1.4.2. Qualidade de Activos

Em Junho de 2026, o rácio de NPL dos D-SIBs situou-se em 5,20 %, abaixo da cifra do sector (6,92 %).

No mesmo período, o rácio de cobertura do NPL pelas provisões totais dos D-SIBs fixou-se em 33,98 % (54,58 % do sector bancário).

2.1.4.3. Rendibilidade

O resultado líquido dos D-SIBs foi de 6,62 mil milhões de meticais, representando uma diminuição de 25,47 % em relação ao observado em Junho de 2025. Apesar desta variação negativa dos resultados, o nível de rendibilidade mantém-se satisfatório, tendo-se o ROA fixado em 2,01 % e o ROE em 11,68 %.

2.1.4.4. Liquidez e Gestão de Fundos

Em Junho de 2026, os depósitos dos D-SIBs cresceram 5,68 % no semestre, tendo-se situado em 516,11 mil milhões de meticais, dos quais 64,35 % correspondem a depósitos à ordem.

[7] Segundo o Aviso n.º 10/GBM/2018, são aquelas cujo desequilíbrio financeiro ou insolvência pode causar uma perturbação significativa no sistema financeiro e na actividade económica no seu todo.

O rácio de cobertura de liquidez de curto prazo situou-se em 57,95 % (acima da cifra do sector, de 55,32 %), contra 62,96 % registados em Dezembro de 2025.

O rácio de transformação do D-SIBs manteve a tendência decrescente dos últimos 10 semestres, reflexo da redução da intermediação financeira, ao fixar-se em 28,73 %, após 31,70 % em Dezembro de 2025 (Tabela 4).

Tabela 4: Indicadores de Solidez Financeira Seleccionados para D-SIBs

Descrição	Jun-25		Dez-25		Jun-26	
	D-SIBs	Sistema	D-SIBs	Sistema	D-SIBs	Sistema
Adequação de capital						
Rácio de solvabilidade agregado	25,83%	25,26%	29,94%	28,14%	30,22%	28,10%
Rácio Tier I /Activos ponderados pelo risco	26,89%	25,97%	30,89%	28,70%	31,16%	28,69%
Qualidade de activos						
Rácio do NPL	8,89%	7,85%	5,74%	7,47%	5,20%	6,92%
Rácio de cobertura do NPL	38,46%	57,00%	44,73%	53,21%	33,98%	54,58%
Rendibilidade						
ROA	1,43%	3,83%	1,47%	2,16%	2,01%	3,30%
ROE	8,42%	15,65%	8,59%	8,63%	11,68%	13,40%
Liquidez e gestão de fundos						
Rácio de cobertura de liquidez de curto prazo	62,25%	59,65%	62,96%	60,46%	57,95%	55,32%
Rácio activos líquidos sobre depósitos totais	65,50%	62,10%	66,17%	62,76%	60,15%	57,60%
Rácio de transformação dos depósitos em crédito	31,87%	37,91%	31,70%	37,28%	28,73%	35,45%

Fonte: BM, 2026

2.1.5. Instituições de Moeda Electrónica

Em Junho de 2026, a actividade do sector bancário continuou a ser marcada pelo desenvolvimento de novos produtos, expansão dos serviços financeiros e canais de distribuição digitais, assim como pelo crescimento da actividade das instituições de moeda electrónica (IME).

As disponibilidades das IME em instituições de crédito registaram uma redução de 1,00 % face a Dezembro e um crescimento de 19 % face ao período homólogo de 2025, continuando expressivos, ao representarem um peso de 88,00 % dos activos totais, contra 95 % em Dezembro de 2025 e 96 % em Junho de 2025.

Os recursos de clientes revelaram uma tendência crescente e continuaram a dominar a estrutura do passivo no balanço deste segmento de instituições, com um peso de 89,00 % sobre o total, contra 90 % e 88,00 % registados em Dezembro e Junho de 2025, respectivamente.

Os resultados líquidos registaram um aumento de 22,00 % face ao período homólogo de 2025, ao se fixarem em 1,34 mil milhões de meticais, contra 1,10 mil milhões de meticais alcançados em Junho de 2025.

As comissões, que, pela natureza das actividades das IME, são determinantes para a formação dos respectivos resultados, registaram um incremento de 16,00 %, ao passar para 3,55 mil milhões de meticais no período em análise, contra 3,06 mil milhões de meticais em Junho de 2025 (Tabela 5).

Tabela 5: Posição do Balanço e Demonstração de Resultados das IME

milhões de meticais

Descrição	Jun-25	Peso (%)	Dez-25	Peso (%)	Jun-26	Peso (%)	Variação acumulada (%)	Variação homóloga (%)
Balanço								
Disponibilidades em BC e IC's	25 160,0	95,54%	30 457,5	94,62%	30 027,8	88,26%	-1,41%	19,35%
Outros activos	1 174,7	4,46%	1 730,2	5,38%	3 993,4	11,74%	130,81%	239,95%
Actvos totais	**26 334,8**		**32 187,7**		**34 021,2**		**5,70%**	**29,19%**
Recursos de Clientes	15 541,2	88,29%	20 845,8	90,21%	21 601,4	89,46%	3,62%	38,99%
Outros passivos	2 061,7	11,71%	2 261,3	9,79%	2 545,0	10,54%	12,55%	23,44%
Passivo Total	**17 603,0**		**23 107,1**		**24 146,4**		**4,50%**	**37,17%**
Demonstração de Resultados								
Margem Financeiro	268,7	8,84%	363,4	7,03%	184,7	4,96%		-31,26%
Comissões	3 061,5	100,68%	4 829,2	93,42%	3 548,2	95,29%		15,90%
Resultados de oper. financiras	-2,7	-0,09%	-1,9	-0,04%	-1,9	-0,05%		-29,58%
Produto Bancário	**3 040,9**		**5 169,4**		**3 723,7**			**22,45%**
Resultados Liquidos	1 101,6	36,22%	1 831,2	35,42%	1 345,0	36,12%		22,10%

Fonte: BM, 2026

2.2. Fundos de Pensões[8]

O sector de fundos de pensões evidenciou, no período em análise, ser uma fonte de financiamento relevante para o sector do MVM e menos expressiva para o sector bancário, que possui uma base mais ampla de fontes de financiamento.

Devido às suas características, os fundos de pensões desempenham um papel contributivo positivo para a estabilidade financeira, através dos seus efeitos em cadeia, nomeadamente: (i) aumento da poupança; (ii) aumento da disponibilidade de capital estável e de longo prazo; e (iii) redução da volatilidade nos mercados de capitais.

2.2.1. Peso dos Depósitos dos Fundos de Pensões

O peso dos depósitos dos fundos de pensões sobre o total dos depósitos do sector bancário evidenciou uma tendência crescente, com um peso estimado de 0,45 %, o que representa um aumento de 0,27 pp, relativamente aos 0,18 % registados em Dezembro de 2025, e 0,09 pp comparativamente a 0,36% registados em igual período de 2025 (Gráfico 20).

As causas principais para este crescimento incluem: (i) a bancarização total dos pensionistas, em resultado da conclusão, em 2025, do processo de transição que obriga a que a totalidade dos reformados e pensionistas do Estado passe a receber os seus benefícios exclusivamente através do sistema bancário[9]. A retenção e canalização regular destes fundos pelos bancos aumentaram os saldos sob gestão; e (ii) a integração da plataforma SISSMO[10] com carteiras móveis e *internet banking* acelerou o fluxo de capital para as contas bancárias dos fundos de pensões.

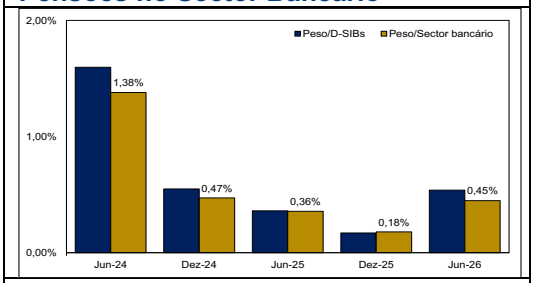
[8] Constituído por fundos obrigatórios e complementares.

[9] V. *Relatório de Inclusão Financeira 2025*, do BM.

[10] O SISSMO é o Sistema de Informação da Segurança Social de Moçambique. Trata-se da plataforma oficial desenvolvida pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) de Moçambique para modernizar, informatizar e gerir os processos de segurança social do País. Entre as vantagens desta plataforma destaca-se a integração de pagamentos, pois as guias geradas no SISSMO podem ser pagas via balcões bancários autorizados ou canais móveis como o M-Pesa.

Do ponto de vista do risco sistémico, o peso acima referido ilustra que a possibilidade de transmissão de um eventual risco de liquidez do sector de fundos de pensões para o sector bancário é reduzida.

Gráfico 20: Depósitos dos Fundos de Pensões no Sector Bancário



Fonte: BM, 2026

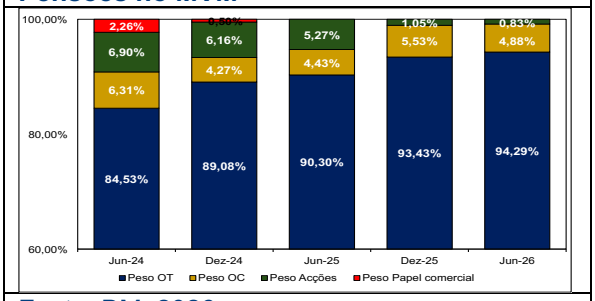
2.2.2. Aplicações dos Fundos de Pensões no MVM

O peso do valor dos títulos na posse dos fundos de pensões sobre o total do valor dos títulos no MVM evidenciou uma tendência crescente (Gráfico 24).

No período em análise, o peso do valor dos títulos detidos pelos fundos de pensões sobre o total dos títulos do MVM foi de 39,75 %, o que representa um aumento de 2,87 pp, comparativamente a Dezembro de 2025 (36,88 %).

À semelhança do apetite ao risco soberano evidenciado pelo sector bancário, os investimentos dos fundos de pensões no MVM também estão concentrados nas obrigações do Tesouro (OT), em detrimento dos outros títulos disponíveis no mercado de capitais, ficando desta forma também expostos ao risco soberano (Gráfico 21).

Gráfico 21: Aplicações dos Fundos de Pensões no MVM



Fonte: BM, 2026

2.3. Sector de Seguros

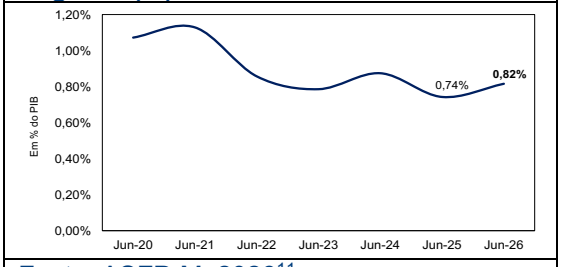
No primeiro semestre de 2026, a produção do sector de seguros fixou-se em 12,30 mil milhões de meticais, o que reflecte uma evolução positiva de 12,16 % face ao período homólogo do ano anterior, impulsionada sobretudo pelo desempenho do ramo não vida, cujo volume de negócios aumentou 14,21 %.

Em termos absolutos, no semestre em análise, a produção total cresceu cerca de 1,33 mil milhões de meticais.

Em Junho de 2026, o peso da actividade seguradora no PIB fixou-se em 0,82 %, contra 0,74% em igual período de 2025, o que corresponde a um crescimento de 0,08 pp (Gráfico 22).

O peso pouco expressivo da actividade seguradora sobre o PIB tem implicações para o risco sistémico, pois significa que muitas empresas e famílias ficam directamente expostas a perdas resultantes de choques severos.

Gráfico 22: Produção Global do Sector de Seguros (%)



Fonte: ASFP-M, 2026[11]

2.3.1. Crédito da Banca para o Sector de Seguros

Os empréstimos contraídos pelas empresas de seguros fixaram-se em 0,33 % do *stock* total de crédito do sistema bancário no final do primeiro semestre de 2026 (Tabela 6).

A carteira de crédito segurado fixou-se em 283,60 mil milhões de meticais, o equivalente a 34,82 % dos empréstimos globais do sector. Os D-SIBs respondem por 23,27 % deste segmento (Tabela 7).

Tabela 6: Crédito Concedido às Seguradoras – Junho de 2026

mil milhões de meticais

	D-SIB´s	Sistema
Total Crédito concedido às Seguradoras	0,69	0,94
Crédito Total	**281,37**	**283,60**
Peso	0,25%	0,33%

Fonte: BM, 2026

Tabela 7: Crédito Segurado/Seguro de Crédito no Sector Bancário – Junho de 2026

mil milhões de meticais

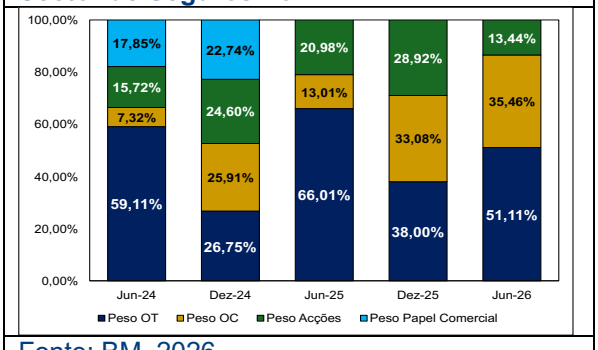
	D-SIB´s	Sistema
Total Crédito Segurado	65,48	98,75
Crédito Total	**281,37**	**283,60**
Peso sobre o Crédito Total	23,27%	34,82%

Fonte: BM, 2026

2.3.2. Peso das Aplicações do Sector de Seguros no MVM

À semelhança do apetite ao risco soberano evidenciado pelo sector bancário, os investimentos do sector de seguros, no MVM, estão maioritariamente concentrados nas OT, que representam 51,11 % (contra 38,00 % em Dezembro de 2025), em detrimento dos outros títulos disponíveis no mercado de capitais, ficando, desta forma, igualmente expostos ao risco soberano (Gráfico 23).

Gráfico 23: Estrutura das Aplicações do Sector de Seguros no MVM



Fonte: BM, 2026

[11] Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique.

No semestre em apreço, verificou-se a ausência do papel comercial[12] na capitalização bolsista, que seria outro instrumento preferencial para as seguradoras, devido à sua natureza de instrumento mais líquido ou de curtíssimo prazo (menor que um ano), o que contribuiu para o aumento da proporção das aplicações do sector de seguros em OT.

2.4. Mercado de Valores Mobiliários

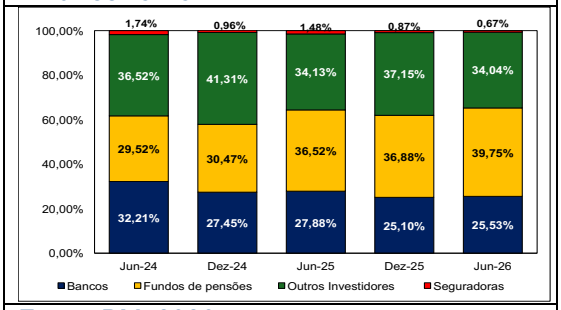
Em Junho de 2026, a capitalização bolsista do MVM situou-se em 234,95 mil milhões de meticais, contra 221,99 mil milhões de meticais de Dezembro de 2025, representando um peso de 15,58 % e 14,72 % no PIB[13] nominal, respectivamente.

A actividade do MVM foi sustentada, fundamentalmente, por instituições do sistema financeiro, que estiveram na posse de 65,96 % do valor das aplicações (62,85 % em Dezembro de 2025). Com efeito, o sector de fundos de pensões deteve 39,75 % do valor das aplicações no MVM (36,88 % em Dezembro de 2025), seguido do sector bancário com 25,53 % (25,10 % em Dezembro de 2025) e do sector de seguros com 0,67 % (0,87 % em Dezembro de 2025). Os restantes 34,04 % (37,15 % em Dezembro de 2025) estiveram na posse de investidores de outra natureza (Gráfico 24).

[12] Papel comercial é um título representativo de dívida de curto prazo (até 1 ano) transaccionado no mercado de capitais, onde as empresas obtêm os recursos financeiros mediante o pagamento de uma taxa de juro e a devolução do valor investido até ao final do período do empréstimo.

[13] https://www.ine.gov.mz/web/guest/d/pib_optica_despesa-30-05-2025

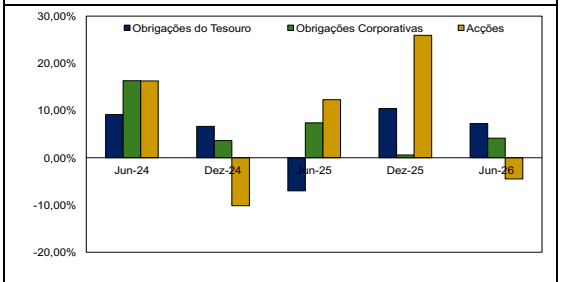
Gráfico 24: Peso dos Sectores do Sistema Financeiro no MVM



Fonte: BM, 2026

A dinâmica observada no MVM no período em análise resultou do aumento da capitalização bolsista nos segmentos de OT e Obrigações Corporativas, em 7,23 % (13,77 mil milhões de meticais) e 4,15 % (0,29 mil milhões de meticais), respectivamente. Entretanto, no mesmo período registou-se a redução da capitalização bolsista no segmento de acções em 4,49 % (1,10 mil milhões de meticais) (Gráfico 25).

Gráfico 25: Dinâmica no MVM



Fonte: BVM, 2026

O aumento da capitalização bolsista das OT deveu-se fundamentalmente ao registo de um volume de novas emissões superior ao dos vencimentos, resultando numa emissão líquida positiva de 14,31 mil milhões de meticais.

No entanto, o impacto resultante dessa emissão líquida positiva foi ligeiramente amortecido por oscilações de preços, devido a dinâmicas do mercado, com impacto negativo de 0,55 mil milhões de meticais na capitalização bolsista das OT.

Por seu turno, a evolução positiva da capitalização bolsista das obrigações corporativas foi fundamentalmente influenciada pela emissão líquida de títulos no montante de 0,32 mil milhões de meticais, devido ao maior recurso das empresas a esta janela, para fazer face às suas necessidades de financiamento.

Este incremento foi ligeiramente compensado por uma redução da capitalização bolsista, na magnitude de 0,03 mil milhões de meticais, resultante de oscilações de preços, típicas das dinâmicas do mercado.

No respeitante ao mercado de acções, a flutuação de preços foi o principal elemento explicativo da dinâmica observada no período em análise, tendo sido responsável pela redução da capitalização bolsista deste segmento em cerca de 1,09 mil milhões de meticais.

Em Junho de 2026, as OT representaram 86,84 % da

capitalização bolsista, após 85,71 % em Dezembro de 2025, o que sinaliza, de forma persistente, o financiamento do Estado com recurso a este segmento de mercado (Gráfico 26).

Este comportamento, associado ao peso significativo da banca nacional na estrutura da dívida pública interna, que se expressa maioritariamente por via do recurso à utilização de bilhetes do Tesouro (BT), incrementa o risco soberano, com potencial influência no risco sistémico e, por conseguinte, na estabilidade financeira (Gráfico 27).

Relativamente ao volume de transacções por categoria de títulos cotados na bolsa, as OT voltaram a registar o maior peso, em Junho de 2026, com 84,05 % do total, contra 97,99 % em Dezembro de 2025 (Gráfico 28).

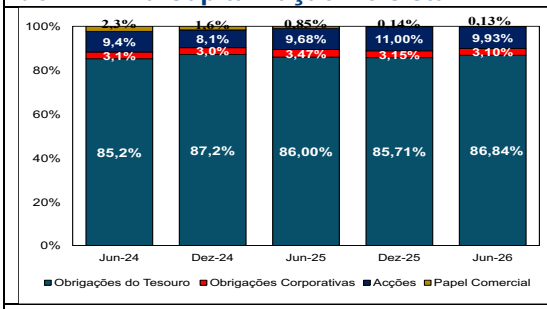
Por outro lado, o reduzido volume de transacções nos segmentos das acções e obrigações corporativas sugere que o mercado de capitais continua a ser menos utilizado como alternativa para o financiamento à economia.

Ademais, o segmento das OT constitui a maior representatividade no número de instrumentos cotados por cada segmento do MVM (Tabela 8).

Esta dinâmica não favorece o alargamento das alternativas de financiamento para as empresas, o que, eventualmente, poderia, em alguns períodos, contribuir para a redução do custo de financiamento destas.

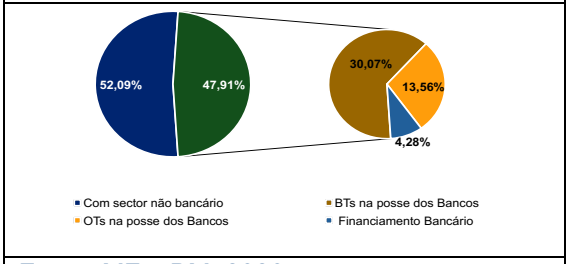
Com efeito, nos três semestres precedentes ao período em análise, as taxas de juro das obrigações corporativas foram mais atractivas comparativamente à taxa *prime,* tendo-se esta dinâmica invertido em resultado da descida da *prime rate*, impulsionada pelo alívio da taxa de política monetária do BM, combinada com a necessidade de as empresas privadas oferecerem retornos mais elevados (prémio de risco) para atrair investidores em momentos de maior incerteza no ambiente de negócios nacional e forte concorrência dos títulos do Estado (Gráfico 29).

Gráfico 26: Peso dos Diversos Segmentos do MVM na Capitalização Bolsista



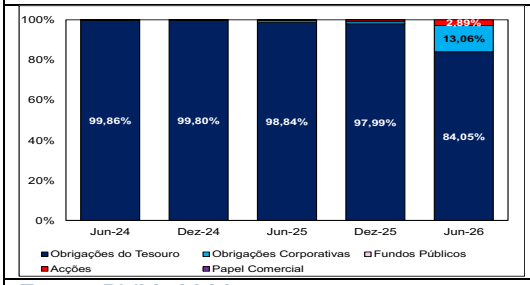
Fonte: BVM, 2026

Gráfico 27: Estrutura da Dívida Pública Interna



Fonte: MF e BM, 2026

Gráfico 28: Peso do Volume de Transacções por Categoria de Valores Mobiliários



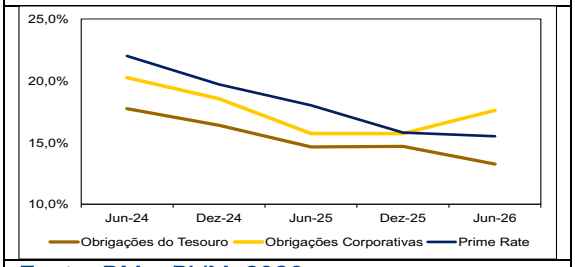
Fonte: BVM, 2026

Tabela 8: Emissões Cotadas na BVM

	Jun-24	Dez-24	Jun-25	Dez-25	Jun-26
Obrigações do Tesouro	46	50	47	51	51
Obrigações Corporativas	18	18	19	19	19
Fundos Públicos	0	0	0	0	0
Acções	16	16	13	11	11
Papel Comercial	12	7	4	2	2
Total	**92**	**91**	**83**	**83**	**83**

Fonte: BVM, 2026

Gráfico 29: Taxas de Juro das Obrigações Cotadas na BVM e *Prime Rate*



Fonte: BM e BVM, 2026

III. SISTEMA NACIONAL DE PAGAMENTOS

No primeiro semestre de 2026, o Sistema Nacional de Pagamentos (SNP) manteve um desempenho sólido e alinhado com os objectivos de estabilidade financeira, garantindo a continuidade, segurança e eficiência dos fluxos de pagamentos na economia.

A modernização do SNP e consolidação dos meios de pagamento digitais reflectiu-se no aumento do volume e valor de operações realizadas, fortalecimento da capacidade do sistema de mitigar riscos sistémicos, melhoria da gestão de liquidez e reforço da resiliência operacional dos mercados financeiros.

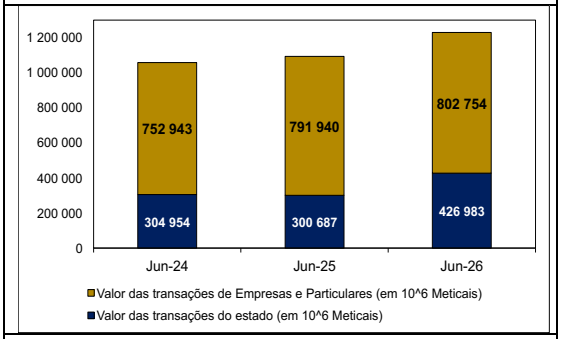
No respeitante à modernização, o SNP registou, no primeiro semestre de 2026, ganhos assinaláveis traduzidos pelo lançamento do METIX (Sistema de Pagamentos Instantâneos - SPIM) em Março.

A diversificação dos instrumentos e o aumento da digitalização dos pagamentos contribuíram para a evolução positiva das transacções electrónicas nacionais via SIMOrede.

3.1. Sistema de Transferências e Liquidação Interbancária em Tempo Real

No período em análise, o valor das transacções do RTGS[14] aumentou em 13 %, comparativamente ao período homólogo de 2025, reflectindo o maior uso desta plataforma de pagamentos por empresas e particulares, que tiveram um peso de 69,64 % no total do valor das transacções, e pelo Estado, com um peso de 30,36 % (Gráfico 30).

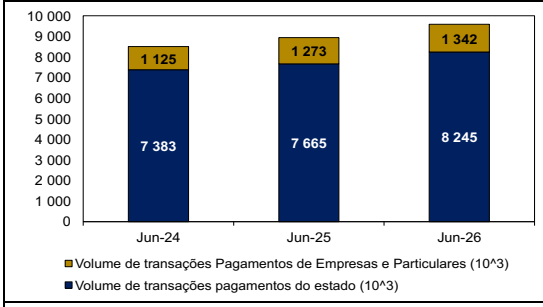
Gráfico 30: Valor das Transacções no RTGS



Fonte: BM, 2026

De igual modo e pelas mesmas razões, o volume de pagamentos processados pelo RTGS registou um aumento de 7 %, tendo os pagamentos de empresas e particulares constituído 13,82 % do total, e os pagamentos do Estado 86,18 % (Gráfico 31).

Gráfico 31: Volume de Transacções no RTGS



Fonte: BM, 2026

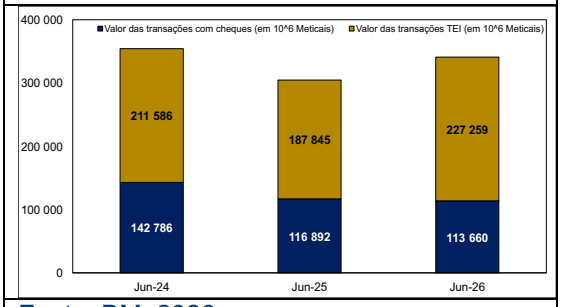
3.2. Sistema de Compensação Electrónica

O sistema ACH registou um aumento do valor das transacções em 12 %, comparativamente a igual período de 2025, reflectindo a maior apetência dos agentes económicos pelas transferências electrónicas, que foram responsáveis por 62,67 % do total do valor das transacções.

O valor das transacções por via de cheques correspondeu a 37,33 % do total das transacções processadas no sistema ACH e a sua dinâmica ilustra uma tendência para redução do uso deste instrumento, fruto da modernização e da diversificação dos sistemas e meios de pagamentos (Gráfico 32).

[14] Engloba pagamentos do Estado, particulares e empresas.

Gráfico 32: Valor das Transacções na ACH

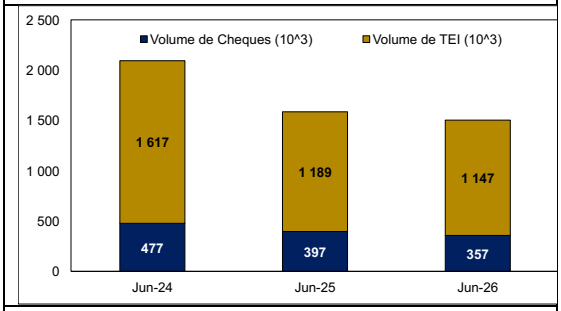


Fonte: BM, 2026

Por seu turno, o volume de transacções realizadas no sistema ACH registou um declínio de 5,17 %, comparativamente ao primeiro semestre de 2025, indicando que este sistema observou menos transacções de transferências electrónicas, mas de maior valor, a testemunhar pelo incremento do valor total das operações (Gráfico 33).

De salientar que a quantidade de transferências electrónicas correspondeu a 76,15 % do total realizado no sistema ACH, sendo o remanescente de 23,85 % referente à compensação de cheques.

Gráfico 33: Volume de Transacções do Sistema ACH



Fonte: BM, 2026

3.3. Sistema de Pagamentos Instantâneos de Moçambique

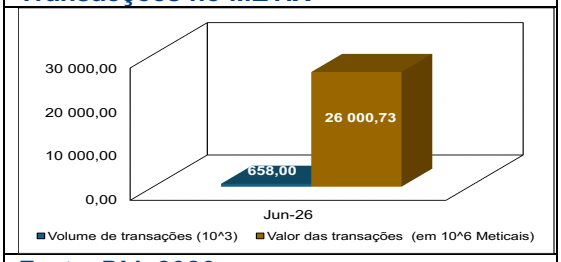
Em Março de 2026, foi lançado oficialmente o METIX, que abriu espaço para a interoperabilidade total entre bancos, viabilizando transferências imediatas 24/7/365, com isenção de taxas e comissões para valores até um máximo de 200.000,00 MT para particulares e 500.000,00 MT para empresas.

A transição para um modelo de liquidação imediata de transferências 24/7/365 traz desafios de gestão de liquidez, exigindo dos bancos monitorização dos seus saldos em tempo real, para evitar descobertos automáticos fora do horário de expediente. Para evitar falhas nas transferências do público, o BM acompanha este fluxo em tempo real, garantindo linhas de crédito automáticas e apoios de emergência que mantêm o sistema financeiro seguro e confiável.

O gráfico 34 apresenta o volume e valor das transacções no METIX até Junho de 2026, evidenciando um valor médio por transacção de 39.514,79 meticais. Dada a magnitude dos valores liquidados em tempo real, quaisquer falhas tecnológicas, interrupções de

telecomunicações ou ataques cibernéticos representam riscos macroprudenciais consideráveis, com potencial para impactar negativamente a actividade económica, o que implica necessidade de reforço da resiliência operacional e cibernética.

Gráfico 34: Volume e Valor das Transacções no METIX

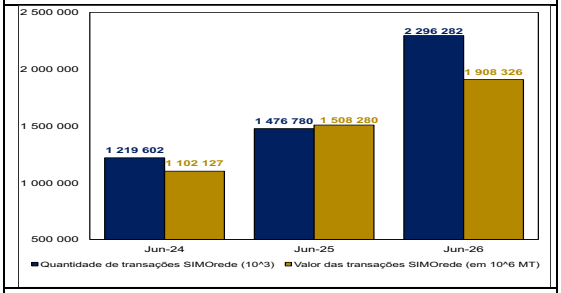


Fonte: BM, 2026

3.4. Transacções Electrónicas Nacionais via SIMOrede

O volume e o valor das transacções electrónicas nacionais via SIMOrede evoluíram no sentido positivo, ao registarem aumento de 55,49 % e 26,52 %, respectivamente, reflectindo o uso cada vez maior desta rede pelos agentes económicos (Gráfico 35).

Gráfico 35: Evolução das Transacções Electrónicas Nacionais via SIMOrede



Fonte: BM, 2026

As transacções electrónicas nacionais via SIMOrede incluem todas as operações realizadas nos seguintes canais: (i) terminais ATM; (ii) terminais POS; (iii) *mobile banking* e (iv) IME.

3.5. Peso Relativo dos Canais de Pagamentos Electrónicos

O gráfico 36 apresenta a evolução da quota de mercado dos diferentes canais de pagamentos, que destaca a contínua expansão das IME e o recuo relativo dos canais bancários tradicionais e digitais *standard* (ATM, *internet* e *mobile banking*).

O facto de mais de metade do mercado (53,48 %) ser dominada por IME traz implicações para a estabilidade financeira, sendo de destacar o risco de concentração e infra-estrutura. Com as IME a gerirem a maior fatia das transacções diárias da população, o ecossistema torna-se altamente dependente da robustez destas poucas entidades. Uma falha operacional num grande operador de moeda eletrónica pode paralisar o comércio de retalho e a actividade económica.

Outra implicação é o potencial de alteração do perfil da liquidez bancária. Os fundos que alimentam as carteiras

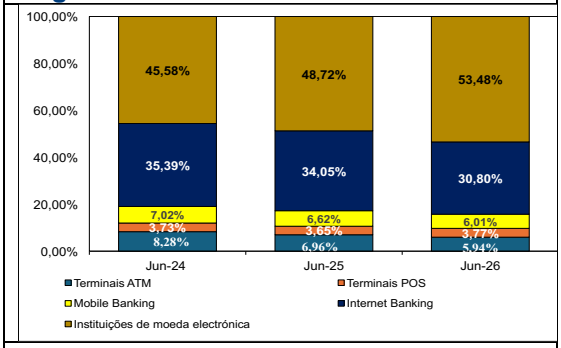
digitais das IME acabam, por norma, depositados em "contas de garantia" ou de custódia em bancos comerciais. Este quesito pode alterar o perfil dos depósitos do sistema bancário, que, em vez de vários depósitos de clientes individuais (mais estáveis), pode passar a deter blocos de grandes depósitos institucionais das IME, que podem ser mais sensíveis e voláteis.

A resiliência das plataformas tecnológicas das IME passa a ser um pilar importante da estabilidade financeira, exigindo maior foco na supervisão do risco operacional e cibernético. As IME ficam obrigadas a testar os seus sistemas contra ataques cibernéticos e "apagões" informáticos, assim como a ter planos de contingência rigorosos, para evitar que uma falha técnica paralise o comércio a retalho.

Por outro lado, a existência de uma forte interconexão entre os bancos custodiantes dos fundos e as IME demanda uma monitorização da exposição mútua para garantir que a falência ou problemas de liquidez num subsector não contagie o outro.

Por fim, à medida que as IME assumem funções cada vez mais próximas das contas à ordem bancárias, deve-se garantir que estas fiquem sujeitas a regras prudenciais mais próximas daquelas impostas aos bancos, evitando que ganhem vantagens competitivas por essa via, o que poderia distorcer a alocação de capital no mercado.

Gráfico 36: Pesos dos Canais de Pagamentos Electrónicos

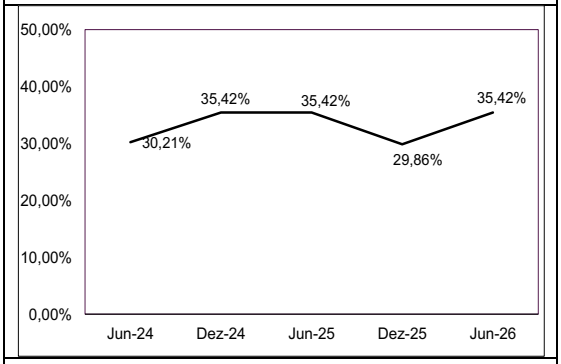


Fonte: BM, 2026

IV. AVALIAÇÃO DO RISCO SISTÉMICO

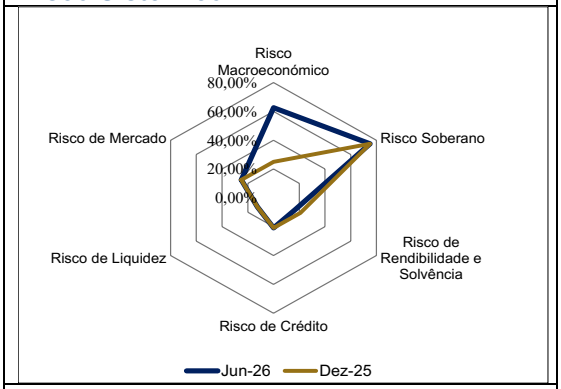
Em Junho de 2026 o índice de risco sistémico[15] permaneceu no nível moderado, tendo-se fixado em 35,42 %, cifra superior em 5,56 pp à observada em Dezembro de 2025 (Gráfico 37).

Gráfico 37: Evolução do Índice de Risco Sistémico



Fonte: BM, 2026

Gráfico 38: Evolução das Categorias de Risco Sistémico



Fonte: BM, 2026

O incremento do índice de risco sistémico é explicado, fundamentalmente, pelo aumento do risco macroeconómico (Gráfico 38).

A avaliação das diferentes categorias de risco permite constatar o seguinte:

4.1. Risco macroeconómico

O risco macroeconómico observou um aumento, ao passar do nível moderado, em Dezembro de 2025, para alto, em Junho de 2026, influenciado pela contracção da actividade económica e aumento da inflação.

Efectivamente, no segundo trimestre de 2026, o PIB registou um crescimento anual de 1,74 %, após 4,67 % no quarto trimestre de 2025. No mesmo período, a inflação anual acelerou 4,28 pp para 7,51 %.

4.2. Risco soberano

Em Junho de 2026, o risco soberano permaneceu no nível severo.

A manutenção do risco soberano no nível severo é explicada pela pressão sobre o endividamento público.

Com efeito, o rácio do crédito ao Governo sobre o crédito total, bem como o rácio dívida pública sobre o PIB, continuam em níveis elevados.

[15] Este índice varia de 0 % a 100 %. À medida que se aproxima de 0 % reduz o risco sistémico, e vice-versa.

4.3. Risco de Rendibilidade e Solvência

O risco de rendibilidade e solvência manteve-se no nível baixo.

Os indicadores de rendibilidade demonstram que o sector bancário teve um desempenho financeiro positivo durante o semestre[16].

No que respeita à solvência, o sector manteve-se sólido e bem capitalizado[17].

4.4. Risco de Crédito

O risco de crédito permaneceu no nível baixo, em Junho de 2026.

A manutenção do risco de crédito no nível baixo é justificada pela prevalência do fraco crescimento do crédito à economia e redução do crédito em incumprimento.

Efectivamente, no semestre em análise, o rácio do NPL reduziu-se e o hiato do crédito à economia sobre o PIB permaneceu em território negativo[18].

4.5. Risco de Liquidez

O risco de liquidez permaneceu no nível baixo.

Os indicadores desta categoria de risco, nomeadamente rácio de cobertura de liquidez de curto prazo e rácio de transformação dos depósitos em crédito, permaneceram em níveis de risco baixo[19], reflexo da manutenção do fraco crescimento do crédito à economia.

4.6. Risco de Mercado

O risco de mercado manteve-se no nível moderado, em Junho de 2026.

A permanência do risco de mercado no nível moderado é justificada pela manutenção da estabilidade cambial e da *prime rate* do sistema financeiro, num contexto de interrupção do ciclo de redução da taxa MIMO.

Com efeito, a volatilidade da taxa de câmbio Metical/USD, o rácio de crédito em moeda estrangeira sobre crédito total e o rácio de depósitos em moeda estrangeira sobre depósitos totais mantiveram-se no nível de risco baixo.

[16] *Vide* item 2.1.3.4.
[17] *Vide* item 2.1.3.1.
[18] *Vide* caixa 1.
[19] *Vide* item 2.1.3.5.

4.7. Perspectivas da Evolução do Risco Sistémico

As perspectivas da evolução do risco sistémico no curto prazo consubstanciam-se no seguinte:

O **risco macroeconómico** pode agravar-se no curto prazo, tendo em consideração as perspectivas do aumento de preços, reflectindo os efeitos indirectos da subida dos preços domésticos dos combustíveis líquidos e da inflação importada, e de um crescimento económico moderado, favorecido em parte pelas expectativas de implementação de projectos em áreas estratégicas.

Relativamente ao risco soberano prevê-se que permaneça no nível severo, assumindo a manutenção da pressão sobre o endividamento público.

A tendência da evolução dos indicadores da categoria de **risco de rendibilidade e solvência** apontam para a sua manutenção no nível baixo.

Quanto ao **risco de crédito**, espera-se que o mesmo passe do nível baixo para moderado, a avaliar pelas perspectivas de incremento do crédito em incumprimento no curto prazo, reflectindo a incerteza quanto ao cumprimento do serviço da dívida pública.

No concernente ao **risco de liquidez**, prevê-se que este permaneça no nível baixo, assumindo a manutenção do fraco crescimento do crédito à economia.

Perspectiva-se a permanência **do risco de mercado no nível moderado**, tendo em conta a interrupção do ciclo de redução da taxa MIMO e as perspectivas de inflação no curto prazo, que poderão influenciar a *prime rate*.

A conjugação das perspectivas de evolução das componentes do risco sistémico apontam para a manutenção do respectivo índice no nível moderado, no curto prazo.

V. VULNERABILIDADES DO SISTEMA FINANCEIRO

O sistema financeiro moçambicano registou um desempenho estável e demonstrou resiliência no primeiro semestre de 2026, mantendo níveis adequados de capitalização e de liquidez, não obstante a prevalência de vulnerabilidades.

Durante o período em análise, a estabilidade financeira doméstica foi influenciada pelo efeito combinado das fragilidades da pressão contínua sobre o endividamento público interno; da persistência da instabilidade militar em alguns distritos da província de Cabo Delgado; do impacto dos factores climáticos adversos no Sul e Centro do País; e da exposição às ameaças cibernéticas.

Endividamento público

O primeiro semestre de 2026 foi marcado pelo contínuo crescimento do *stock* da dívida pública, com maior enfoque na componente interna (Tabela 9). O agravamento deste indicador decorreu do recurso sistemático ao mercado financeiro doméstico, por via da emissão de títulos de dívida de curto prazo (BT) e médio/longo prazo (OT), para financiar o défice de tesouraria do Governo. Este cenário concorre para a manutenção de taxas de juro estruturalmente elevadas no mercado interbancário.

Tabela 9: *Stock* da Dívida Pública

Milhões de Meticais

	2022	2023	2024	2025	Jun-26
Dívida Externa	645 295,70	645 027,00	636 549,00	621 283,80	565 578,90
Dívida Interna	281 548,50	313 633,00	406 996,00	474 013,30	551 795,40
Total da dívida	**926 844,20**	**958 660,00**	**1 043 545,00**	**1 095 297,10**	**1 117 374,30**

Fonte: MF, 2026

Persistência da instabilidade militar em alguns distritos da província de Cabo Delgado

A persistência da instabilidade militar em alguns distritos da província de Cabo Delgado continuou a condicionar o desempenho económico no primeiro semestre de 2026.

Os constrangimentos nos canais de distribuição sectoriais e a quebra na confiança dos investidores, provocados pelo clima de insegurança, contiveram o dinamismo da actividade económica regional.

Adicionalmente, a necessidade contínua de canalizar recursos para despesas de segurança e assistência às populações deslocadas gerou pressões adicionais sobre o orçamento dos agentes económicos e do Estado, limitando o espaço fiscal e o investimento produtivo.

Factores climáticos adversos

No primeiro semestre de 2026, o País enfrentou choques climáticos severos, caracterizados por cheias devastadoras e a ocorrência do ciclone Gezani nas regiões Sul e Centro.

Estas calamidades destruíram infra-estruturas críticas e paralisaram eixos logísticos vitais para a ligação Norte-Sul. O forte impacto macroeconómico traduziu-se num aumento expressivo dos riscos físicos e dos custos de reconstrução, forçando o Governo a rever em baixa a projecção de crescimento da actividade económica para 2026.

As inundações e os fenómenos climáticos extremos, que afectam o País de forma recorrente, influenciam negativamente a capacidade de os mutuários honrarem os seus compromissos junto ao sector bancário.

Este cenário deve-se, sobretudo, à perda maciça de colheitas na principal campanha agrícola nacional e à ruptura operacional no comércio. Como resultado, materializa-se o impacto directo das mudanças climáticas sobre o sistema financeiro e sobre a economia em geral.

Exposição às ameaças cibernéticas

A aceleração da transformação digital e a crescente adesão aos canais digitais e de retalho, com destaque para o *mobile banking*, *internet banking* e carteiras móveis (*fintechs*), aumentaram a vulnerabilidade do sistema financeiro doméstico no primeiro semestre de 2026.

A expansão destes serviços de retalho ampliou o nível de exposição das instituições e dos utilizadores, resultando no crescimento de fraudes eletrónicas, manipulação de clientes para obtenção de dados confidenciais e incidentes de *phishing*[20].

A materialização destas vulnerabilidades compromete a segurança operacional e prejudica a inclusão financeira, ao afectar a confiança do público nos pagamentos eletrónicos. Consequentemente, o sector tem sido forçado a desviar recursos para o reforço da autenticação, monitorização de transacções em tempo real e programas de literacia digital.

[20] Técnica de fraude electrónica na qual cibercriminosos utilizam comunicações enganosas (como *e-mails*, SMS ou *sites* falsos) para induzir os usuários a revelarem informações confidenciais, como senhas e dados bancários.

Caixa 1: Política Macroprudencial do Banco de Moçambique

O Banco de Moçambique define e executa a política macroprudencial ao nível do sector bancário nacional.

A política macroprudencial do Banco de Moçambique tem como objectivo primário garantir a preservação da estabilidade financeira, através do reforço da resiliência do sistema bancário e da prevenção do risco sistémico.

Para o alcance desse propósito, foram estabelecidos os seguintes objectivos intermédios:

1. Prevenir e mitigar o crescimento excessivo do crédito e a excessiva alavancagem.
2. Prevenir e mitigar o excessivo desfasamento de prazos de maturidade e a falta de liquidez no mercado.
3. Limitar as concentrações directas e indirectas de exposições.
4. Limitar a assunção de riscos excessivos por parte de instituições sistemicamente importantes.

O Banco de Moçambique analisa regularmente a saúde do sistema financeiro e a evolução das vulnerabilidades e riscos. Com base nos resultados dessa avaliação, decide sobre as medidas de política a implementar, tendo em vista minimizar a probabilidade de os riscos se materializarem, ou mitigar os impactos negativos resultantes de eventuais materializações.

A política macroprudencial do Banco de Moçambique estabelece os seguintes instrumentos que podem ser usados para preservar a estabilidade financeira, estando estes alinhados com os objectivos intermédios, nomeadamente:

- Prevenir e mitigar o crescimento excessivo do crédito e a excessiva alavancagem.
    - Reserva contracíclica de fundos próprios;
    - Requisitos sectoriais de capital;
    - Rácio entre o valor do empréstimo e o valor do activo usado como colateral (LTV);
    - Rácio entre o valor do empréstimo (ou das prestações do serviço da dívida) e o rendimento líquido do mutuário (DTI); e
    - Tectos no rácio de alavancagem.
- Prevenir e mitigar o excessivo desfasamento de prazos de maturidade e a falta de liquidez no mercado.
    - Rácio entre empréstimos e depósitos.
- Limitar a assunção de riscos excessivos por parte de instituições sistemicamente importantes.
    - Reserva de capital adicional para instituições sistemicamente importantes (classificadas como D-SIBs e Quase D-SIBs).
- Limitar as concentrações directas e indirectas de exposições.
    - Restrições a grandes exposições.

Processo de tomada de decisões

As decisões de política macroprudencial são tomadas pelo Comité de Estabilidade e Inclusão Financeira (CEIF), que se reúne trimestralmente, ou extraordinariamente, sempre que as condições o justificarem.

Comunicação

A comunicação, ao público, da avaliação das vulnerabilidades do sistema financeiro, das políticas e medidas adoptadas para mitigar eventuais fontes de risco sistémico, bem como da visão sobre o sistema financeiro, é feita periodicamente através (i) do Relatório sobre Estabilidade Financeira (REF), (ii) do Boletim de Estabilidade Financeira (BEF) e (iii) do Relatório de Identificação de Instituições de Crédito Domésticas de Importância Sistémica (D-SIBs), os quais são publicados com periodicidade anual, com referência a 31 de Dezembro, 30 de Junho e 30 de Abril de cada ano, respectivamente.

VI. DECISÕES DE POLÍTICA MACROPRUDENCIAL

O Comité de Estabilidade e Inclusão Financeira decidiu, em face da avaliação do risco sistémico e da conjuntura macrofinanceira doméstica e internacional, manter inalteradas as medidas de política macroprudencial em vigor para a preservação da estabilidade financeira, designadamente:

- Constituição de uma reserva de capital adicional pelas instituições classificadas como D-SIBs e Quase D-SIBs, fixada em 3,0 %, 2,0 % e 1,0 %, respectivamente;

- Limite de 100,0 % no rácio entre o montante dos empréstimos garantidos por um determinado bem e o valor do mesmo bem (LTV); e

- Limite de 100 % no rácio entre o montante das prestações mensais dos créditos do mutuário e o seu rendimento líquido mensal (DTI).

Caixa 2: Impacto dos Riscos Climáticos e Resposta Regulamentar na Estabilidade Financeira

A elevada exposição de Moçambique a ciclones, cheias e secas constitui uma vulnerabilidade sistémica. A forte dependência da economia a sectores sensíveis ao clima faz com que estes fenómenos reduzam a produção, os rendimentos e a capacidade de cumprimento das obrigações financeiras de empresas, famílias e do Estado. Por exemplo, as cheias ocorridas entre Dezembro de 2025 e Janeiro de 2026 causaram prejuízos estimados em cerca de 2 % do PIB[21], demonstrando como os eventos climáticos extremos podem afectar negativamente a actividade económica e, por sua vez, a qualidade dos activos, a liquidez e a solvabilidade das instituições financeiras.

Esta vulnerabilidade transmite-se ao sistema financeiro através de canais directos e indirectos. Por um lado, agências das instituições financeiras, sistemas de pagamentos e outras infra-estruturas afins situadas em zonas de risco podem sofrer danos e interrupções. Por outro lado, o financiamento a agentes económicos que operam em sectores expostos e vulneráveis, como agricultura, transportes, comércio e turismo, expõe os bancos à queda dos rendimentos e do valor dos activos dos mutuários. Assim, quando bancos diferentes acumulam exposições nos mesmos sectores e regiões, um evento localizado pode gerar perdas correlacionadas e propagar-se por todo o sistema financeiro.

A consequência financeira imediata está associada à deterioração da qualidade do crédito e das garantias. Os choques climáticos pressionam os fluxos de caixa, reduzem a capacidade de pagamento e podem desvalorizar imóveis, equipamentos e colheitas dados em garantia. Em Junho de 2026, o rácio agregado de crédito em incumprimento foi de 6,92 %, com níveis de 33,16 % no sector de comércio, 25,13 % nos transportes e comunicações, e 23,06 % na agricultura (Gráfico 15). Embora estes valores não estabeleçam causalidade climática, os mesmos mostram que sectores materialmente expostos já apresentam fragilidades que podem ser agravadas por materialização de eventos extremos, como as inundações de 2025/2026.

Para além do risco de crédito, os efeitos dos eventos climáticos adversos agravam o risco fiscal. As despesas de emergência e de reconstrução aumentam as necessidades de financiamento do Estado, enquanto perdas na produção, nas exportações e nas receitas fiscais pressionam as contas públicas e externas. Por exemplo, o plano preliminar de recuperação dos danos provocados pelas cheias de 2025/2026 aponta para uma necessidade de USD 788,5 milhões. Desta forma, o esforço de resposta à reconstrução dos danos das cheias, num contexto de baixo espaço fiscal e elevado endividamento público, pode exacerbar no incumprimento parcial ou total dos deveres do Estado com os bancos que detém a maior parcela do valor das obrigações de tesouro. Por outras palavras, uma deterioração fiscal ou uma redução da liquidez destes instrumentos pode, assim, afectar simultaneamente o financiamento soberano, o valor das carteiras e a capacidade de intermediação dos bancos.

Perante a magnitude destes riscos interligados, o BM tem reforçado o quadro regulamentar do sistema financeiro para enfrentar os riscos climáticos. Após uma consulta pública que permitiu colher contribuições e definir procedimentos de identificação, avaliação, monitoria e mitigação desses riscos, o processo culminou com aprovação do Aviso n.º 6/GBM/2025, de 21 de Outubro, que estabelece Directrizes de Gestão de Riscos Climáticos para as instituições supervisionadas, promovendo a integração destes riscos nos seus mecanismos de gestão e reforçando a estabilidade financeira.

Como resultado e apesar de alguns desafios de natureza de quantificação das exposições e dos seus efeitos sobre os activos, o capital e a liquidez, os relatórios semestrais de Disciplina de Mercado dos bancos referentes a Junho de 2026 revelam progressos na integração dos riscos climáticos na governação e na gestão de risco pelas instituições bancárias.

Assim, o Banco de Moçambique continua a criar mecanismos para ultrapassar esses desafios, através do aprimoramento dos instrumentos de recolha de informação inerente aos riscos climáticos, para melhor mapear as exposições, estimar perdas e orientar testes de esforço sobre o capital, a liquidez e a solvabilidade, de modo a reforçar a resiliência e a estabilidade do sistema financeiro.

[21] https://www.aman-alliance.org/Home/ContentDetail/107288.

Caixa 3: Regulamentação da Política Macroprudencial – Avaliação da Aplicação da Reserva de Capital Contracíclico no Sector Bancário Moçambicano

A reserva contracíclica de fundos próprios (CCyB) é um instrumento de política macroprudencial, estabelecido pelo acordo de Basileia III, utilizado pelos bancos centrais para garantir a estabilidade do sistema financeiro.

A estrutura do CCyB fornece às autoridades de supervisão uma ferramenta para ajustar os requisitos de capital, com o objectivo de proteger o sector bancário das fases de expansão e recessão do ciclo financeiro, tendo em consideração o ambiente macrofinanceiro em que as instituições operam.

As directrizes do Comité de Basileia III, publicadas em 2010, elucidam que o objectivo do CCyB é actuar como uma medida macroprudencial de amplo alcance, visando proteger o sector bancário do crescimento excessivo do crédito agregado que esteja associado ao aumento do risco sistémico.

Durante a fase de expansão do ciclo de crédito, a reserva (*buffer*) de capital contracíclico pode ser activada, pelo que as instituições financeiras são obrigadas a constituir uma reserva adicional de fundos próprios de elevada qualidade (nomeadamente o *Common Equity Tier 1*) com finalidade precaucional, a qual poderá ser utilizada na fase de contracção do ciclo. A libertação deste capital adicional durante períodos de contracção permite que os bancos absorvam perdas e continuem a conceder crédito à economia real, mitigando o agravamento de crises económicas.

O enquadramento do Bank for International Settlements (BIS) atribui ao hiato crédito/PIB um papel de destaque como indicador de alerta e guia orientador para os formuladores de políticas, auxiliando na análise sobre a activação ou o aumento do CCyB e na comunicação das decisões relacionadas. No entanto, a ligação entre o hiato crédito/PIB e o CCyB não é mecânica. O *framework* permite que as autoridades avaliem discricionariamente como as reservas são constituídas e libertadas. O julgamento institucional deve, por isso, complementar a análise quantitativa, que pode também recorrer a outros indicadores macrofinanceiros na gestão deste instrumento.

O BIS recomenda, como referência para orientar a activação do CCyB, a análise do hiato do crédito/PIB ("hiato do crédito"), definido como a diferença entre a razão do crédito sobre o PIB e a sua tendência de longo prazo. Como regra geral de implementação do CCyB, o BIS sugere a seguinte matriz de avaliação:

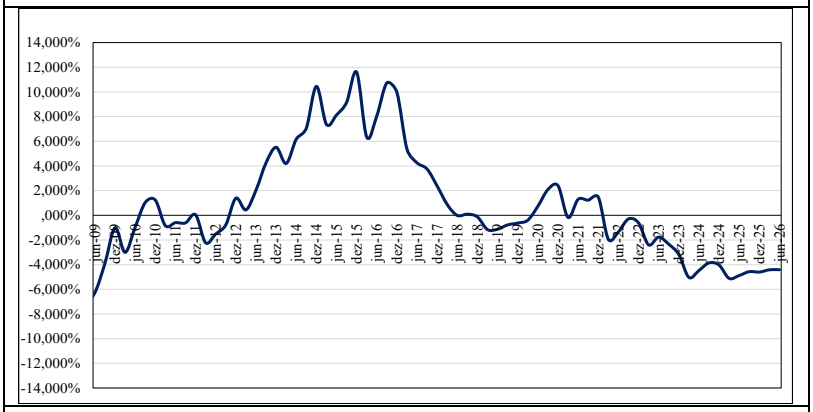
- Hiato < 2 %: a reserva é geralmente fixada em 0 %.
- Hiato entre 2 % e 10 %: a reserva aumenta linearmente.
- Hiato > 10 %: a reserva atinge o seu nível máximo recomendado de 2,5 % (podendo ser superior em casos extremos).

Considerações sobre a activação da reserva de capital contracíclico para o sector bancário moçambicano

A reserva contracíclica de fundos próprios é um dos instrumentos disponíveis na política macroprudencial do BM. Esta compreende uma reserva adicional constituída por fundos próprios principais de nível 1 (*Common Equity Tier 1*), que, ao assegurar a disponibilidade de capital nas instituições, contribui directamente para o reforço da resiliência do sistema bancário nacional.

Em Moçambique, o hiato do CE sobre o PIB permanece bem abaixo de qualquer ajuste previsto para o limite inferior de activação do CCyB (Gráfico 39), justificando a manutenção da taxa da referida reserva em 0 %.

Gráfico 39: *Gap* CE/PIB



Fonte: BM - 2026

Glossário

Activos ponderados pelo risco – expressão conhecida internacionalmente por *risk weighted asset* (RWA), corresponde ao resultado da ponderação de cada activo por um coeficiente de risco para efeitos de cálculo do rácio de solvabilidade. A sua determinação obedece aos requisitos estipulados no Aviso n.º 09/GBM/2017, de 5 de Junho.

Cost-to-income – indicador calculado pela relação entre custos operacionais e o produto bancário, que mede a eficiência da organização.

***Debt-to-income* (DTI)** – rácio entre o montante da prestação mensal calculada com todos os empréstimos do cliente e o(s) seu(s) rendimento(s) mensal(is).

Fundos próprios – conceito utilizado na supervisão bancária como referência fundamental para a aplicação de vários rácios e diversas normas prudenciais.

Imparidades – com origem no termo em inglês *impairment*, corresponde ao valor contabilístico registado nas demonstrações financeiras para fazer face a perdas esperadas relacionadas com os activos. Este montante deve ser deduzido do valor do respectivo activo, com o objectivo de corrigir o seu valor tendo em conta a probabilidade de perdas associadas.

Índice de volatilidade global dos mercados de acções (VIX) – o índice de Volatilidade S&P 500, também conhecido como CBOE *Volatility Index* ou VIX, é um indicador que mede a volatilidade esperada do mercado de acções dos EUA. Valores mais altos indicam uma expectativa de maior volatilidade e incerteza, enquanto valores mais baixos sugerem maior confiança e estabilidade.

***Loan-to-value* (LTV)** – rácio entre o montante total dos contratos de crédito garantidos por um determinado bem e o preço de aquisição ou o valor da avaliação do bem dado em garantia para crédito.

MSCI World (Morgan Stanley Capital International) – o Índice Morgan Stanley Capital International é formado por acções corporativas de médio e grande porte com actuação global ou em economias avançadas num universo de 23 países (Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Hong Kong, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, EUA, Noruega, Portugal, Singapura, Suécia, Suíça e Reino Unido). O MSCI World é um índice ponderado pela capitalização bolsista, o que significa que

as empresas de maior dimensão têm uma maior influência no seu desempenho, proporcionando aos investidores uma ampla exposição às principais economias.

NPL – sigla em inglês da expressão *non-performing loans*. Corresponde aos créditos não produtivos, ou seja, créditos que não geram fluxos positivos e rendibilidade aos bancos.

Produto bancário – conjunto das receitas operacionais recebidas por uma instituição financeira: comissões, juros, *trading*, operações interbancárias.

Provisões regulamentares – valores reconhecidos para fazer face a perdas relacionadas com as actividades das instituições financeiras. Estas são constituídas de acordo com o regime prudencial determinado pelas autoridades de supervisão.

Rácio de solvabilidade – quociente entre fundos próprios e os activos ponderados pelo risco.

Riscos – factores associados a incertezas e que, em caso da sua materialização, apresentam impactos no capital e nos resultados.

ROA – sigla em inglês de *return on assets*, correspondente à rendibilidade dos activos, que se obtém pela divisão do resultado líquido pelo activo total e mede o lucro gerado por cada unidade monetária de activos.

ROE – sigla em inglês de *return on equity,* correspondente à rendibilidade dos capitais próprios, que se obtém pela divisão do resultado líquido pelos capitais próprios.

Sector bancário – conjunto de instituições de crédito que visam a intermediação financeira, através da captação de depósitos e concessão de crédito.

SIMOrede – Rede única nacional de pagamentos electrónicos em Moçambique, interliga os bancos comerciais e as carteiras móveis, permitindo transacções em ATM, POS e pagamentos de serviços e bens.

Sistema financeiro – conjunto de instituições financeiras que operam em Moçambique, supervisionadas pelo BM e pelo Instituto de Supervisão de Seguros.

Tier I – expressão em inglês que corresponde aos fundos próprios de base (Nível 1), os quais incluem o capital de melhor qualidade (capital social, reservas e resultados transitados), que responde em primeira linha aos compromissos assumidos pela instituição.

Tier II – expressão em inglês que corresponde aos fundos próprios complementares (Nível 2), constituídos por elementos de capital que não são fundos próprios de base e podem ser mobilizados para absorver perdas (empréstimos subordinados, reservas de reavaliação, entre outros).

Vulnerabilidades – conjunto de características que evidenciam as fraquezas de um determinado sistema.

Anexo 1: Principais Indicadores de Solidez Financeira

Descrição	Jun-24	Dez-24	Jun-25	Dez-25	Jun-26
Adequação de capital					
Rácio de solvabilidade agregado	26,33 %	26,11 %	25,26 %	28,14 %	28,10 %
Rácio de solvabilidade de base	27,01 %	26,82 %	25,97 %	28,70 %	28,69 %
Rácio de alavancagem	13,48 %	12,54 %	11,78 %	12,88 %	12,51 %
Qualidade de activos					
Rácio de NPL	8,30 %	9,31 %	7,85 %	7,47 %	6,92 %
Rácio de cobertura do NPL	72,46 %	63,48 %	57,00 %	53,21 %	54,58 %
Rendibilidade					
ROA	4,52 %	3,57 %	3,83 %	2,16 %	3,30 %
ROE	18,75 %	14,77 %	15,65 %	8,63 %	13,40 %
Rácio da margem financeira	66,25 %	66,65 %	66,19 %	63,53 %	65,09 %
Rácio *cost-to-income*	57,55 %	58,22 %	56,59 %	56,55 %	59,24 %
Liquidez e gestão de fundos					
Rácio activos líquidos/depósitos totais	51,07 %	52,51 %	62,10 %	62,76 %	57,60 %
Rácio activos líquidos/total do activo	34,92 %	36,49 %	44,09 %	44,97 %	41,30 %
Rácio de cobertura de liquidez de curto prazo	47,73 %	49,64 %	59,65 %	60,46 %	55,32 %
Rácio de transformação dos depósitos em crédito	43,40 %	40,84 %	37,91 %	37,28 %	35,45 %